



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 11ª REGIÃO MILITAR
(Cmdo Mil Bsb/1960)
REGIÃO TENENTE-CORONEL LUIZ CRULS

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA A SELEÇÃO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO

Nº 13 SSMR/11, DE 08 JULHO 2024

(SELEÇÃO DE MÉDICO, FARMACÊUTICO, DENTISTA E VETERINÁRIO – MFDV 2024/2025)

O Comando da 11ª Região Militar, que abrange a área do Distrito Federal, os estados de Goiás, Tocantins e a região do Triângulo Mineiro, por intermédio do seu Comandante, no uso de suas atribuições e considerando o que consta nos autos 64274.017586/2024-90, torna públicas e estabelece normas específicas para abertura das inscrições e a realização do processo seletivo para a convocação de profissionais de nível superior, para a prestação do Serviço Militar Temporário, voluntário, de forma transitória e por tempo determinado, para o exercício de atividades técnico-especializadas no âmbito do Exército Brasileiro. Os(As) convocados(as) serão incorporados(as) na condição de Aspirante a Oficial (salvo se o(a) candidato(a) for Oficial da Reserva de 2ª Classe não remunerada das Forças Armadas, inclusive das Forças Auxiliares), situação em que será incorporado no posto em que se encontrar, nos termos da legislação a seguir, bem como das disposições contidas neste Aviso:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;
- Lei nº 2.552, de 3 de agosto de 1955 – Fixa a Composição da Reserva do Exército;
- Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar, retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965;
- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares;
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego nas Forças Armadas;
- Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967 – Lei do Serviço Militar para Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e para Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários (LMFDV), alterada pela Lei nº 12.336, de 26 de outubro de 2010, e seu regulamento;

- Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares; a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar; a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas; e a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército e dá outras providências;

- Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar;

- Decreto nº 57.654, de 20 de junho de 1966 – Regulamento da Lei do Serviço Militar, alterado pelo Decreto nº 58.759, de 28 de junho de 1966; Decreto nº 76.324, de 22 de setembro de 1975; Decreto nº 93.670, de 9 de dezembro de 1986; Decreto nº 627, de 7 de agosto de 1992; e Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994;

- Decreto nº 63.704, de 29 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto nº 91.206, de 29 de abril de 1985 – Regulamento da Lei do MFDV;

- Decreto nº 703, de 22 de dezembro de 1992, que altera as Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos nas Forças Armadas (IGISC), aprovadas pelo Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967, e alteradas pelo Decreto nº 63.078, de 5 de agosto de 1968;

- Decreto nº 4.502, de 9 de dezembro de 2002 – Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército – R 68;

- Decreto nº 8.160, de 18 de dezembro de 2013, que alterou o Decreto nº 4.502, de 9 de dezembro de 2002, que aprova o regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército – R-68;

- Portaria Ministerial nº 322, de 2 de junho de 1995 – Adoção do Serviço Militar Feminino Voluntário, por MFDV, para o Exército;

- Portaria nº 462-Gab Cmt Ex, de 21 de agosto de 2003, Instruções Gerais para a Convocação, os Estágios, as Prorrogações de Tempo de Serviço, as Promoções e o Licenciamento dos Integrantes da Reserva de 2ª Classe – IG 10-68;

- Portaria nº 044-Cmt Ex, de 7 de fevereiro de 2008, Normas para Convocação, Seleção e incorporação de MFDV, no âmbito do Exército Brasileiro;

- Portaria nº 171-DGP, de 8 de julho de 2009 – Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exércitos destinados a Oficiais e Sargentos do Serviço Técnico Temporário – SvTT;

- Portaria nº 566-DGP, de 13 de agosto de 2009 – Instruções Gerais para Perícias Médicas no Exército;

- Portaria nº 247-DGP, de 9 de outubro de 2009 – Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército;

- Portaria nº 081-DGP, de 30 de janeiro de 2012 – Diretriz Complementar para o Serviço Militar Temporário em Tempo de Paz;

- Portaria nº 407-DGP, de 25 de julho de 2022 – Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário (EB30-N-30.009);

-Subseção XLIV, Seção III, e Anexo XI das IRPMASEx, aprovadas pela Portaria- DGP/C Ex Nº 461, de 20 de setembro de 2023; e

- Resolução CNE/CES nº 01, de 6 de abril de 2018, que Estabelece Normas para o funcionamento de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A inscrição implicará a aceitação irrestrita das normas publicadas e das condições estabelecidas neste Aviso de Convocação.

1.2 O(A) candidato(a) deverá ler atentamente as orientações contidas neste Aviso de Convocação, a fim de verificar se atende à totalidade das condições e dos requisitos para eventual investidura na função, sendo de sua exclusiva responsabilidade a observância dos prazos, o correto preenchimento e a entrega da documentação solicitada. Caso contrário o(a) candidato(a) será eliminado(a) do processo seletivo.

1.3 Ter no máximo 38 (trinta e oito) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias na data da incorporação.

1.3.1 A idade limite prevista no item anterior deverá ser respeitada por força do previsto na Lei nº 5.292/67, mesmo em caso de convocação à incorporação extemporânea, para enfrentamento de situações de emergência ou para contratação de Cadastro Reserva.

1.4 Os(As) candidatos(as) que forem convocados(as) para o Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) no Exército Brasileiro, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, poderão ter o tempo de serviço prorrogado por igual período, sucessivamente, até atingir o limite de 96 (noventa e seis) meses como militar, contabilizados em qualquer espécie de Serviço Militar nas Forças Armadas, seja contínuo ou não (inicial, estágio, dilação, prorrogação e outros), respeitada a idade-limite de 45 (quarenta e cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.

1.5 O(A) candidato(a) deverá, obrigatoriamente, informar o tempo serviço prestado às Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), contabilizado em qualquer espécie de serviço, seja contínuo ou não (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros), conforme Anexo C.

1.6 Na data da incorporação, o(a) candidato(a) não poderá ter 96 (noventa e seis) meses ou mais de efetivo serviço militar prestado às Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica),

contabilizados em qualquer espécie de serviço, seja contínuo ou não (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros).

1.7 O(A) candidato(a) deve, obrigatoriamente, possuir currículo na Plataforma *Lattes* para se inscrever neste processo seletivo.

1.7.1 O(A) candidato(a) deve, obrigatoriamente, lançar todas as informações constantes na Ficha de Inscrição na Plataforma *Lattes* (lattes.cnpq.br/).

1.8 Somente serão validados e receberão pontuação os diplomas, os certificados e as declarações de graduação, de pós-graduação, de cursos e a experiência profissional, que tenham relação direta com a graduação e que constem cumulativamente na Ficha de Inscrição e no currículo do(a) candidato(a) disponível na Plataforma *Lattes* (lattes.cnpq.br/).

1.8.1 Para fins de pontuação, as informações lançadas na Ficha de Inscrição e no currículo do(a) candidato(a) disponível na plataforma *Lattes* precisam constar expressamente no currículo disponível no item 10.11.3.

1.9 O diploma de nível superior (e pós-graduação, se for o caso) que possibilitou a participação do(a) candidato(a) no processo, não receberá a pontuação no critério de habilitação mínima exigida. Para fins de pontuação, o(a) candidato(a) deverá recadastrar o(s) diplomas/certificados no campo destinado aos títulos.

2. REQUISITOS GERAIS PARA INCORPORAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

2.1 Ser voluntário(a).

2.2 Ser brasileiro(a) nato(a).

2.3 A idade máxima para o MFDV incorporar às fileiras do Exército será de 38 (trinta e oito) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias na data da incorporação.

2.3.1 A idade limite prevista no item anterior deverá ser respeitada por força do previsto na Lei nº 5.292/67, mesmo em caso de convocação à incorporação extemporânea, para enfrentamento de situações de emergência ou para contratação de Cadastro Reserva.

2.4 O(A) candidato(a) deverá, obrigatoriamente, informar o tempo de serviço prestado às Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), contabilizado em qualquer espécie de serviço, seja contínuo ou não (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros), conforme Anexo C.

2.5 Ter concluído com aproveitamento (colado grau), **até a data da incorporação**, previsto no Anexo A, conforme exigências constantes no Anexo M, sob pena de eliminação no certame.

2.5.1 Quando exigido no Anexo M, faz-se obrigatório possuir cumulativamente graduação e pós-graduação.

2.6 Os cursos e as instituições de ensino responsáveis pela graduação e pós-graduação *Stricto Sensu*, (Mestrado e Doutorado) devem ser reconhecidos oficialmente pelo Ministério da Educação – MEC, sob pena de eliminação do certame no caso de descumprimento da exigência.

2.7 As instituições de ensino responsáveis pela pós-graduação *Lato Sensu* (Especialização com duração mínima de 360 horas) devem ser credenciadas junto ao MEC e cadastradas no Portal do e-MEC (emec.mec.gov.br), sob pena de eliminação do certame no caso de descumprimento da exigência.

2.8 Estar em dia com suas obrigações perante:

2.8.1 a Justiça Eleitoral; e

2.8.2 o Serviço Militar.

2.8.3 Não ter sido, nos últimos 5 (cinco) anos, na forma da legislação vigente:

2.8.3.1 condenado em processo criminal perante a justiça comum ou militar, seja na esfera federal ou estadual, transitado em julgado, contado o prazo a partir da data final do cumprimento da pena;

2.8.3.2 responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público, de qualquer esfera de governo, em processo disciplinar administrativo, no qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data final do cumprimento da sanção; e

2.8.4 caso o(a) candidato(a) esteja respondendo, antes da data prevista para a incorporação, o previsto nos itens 2.8.3.1 e 2.8.3.2, deverá informar tal fato por escrito ao Presidente da Comissão de Seleção Especial (CSE), com a devida Certidão de Objeto e Pé lavrada pela serventia judicial na qual tramita a ação.

2.9 Possuir idoneidade moral, bons antecedentes e não exercer ou não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, conforme o artigo 11 da Lei nº 6.880, de 1980, Estatuto dos Militares, a serem apurados por meio de averiguação da vida pregressa do(a) candidato(a).

2.10 Ter aptidão física e mental para o exercício das atividades, a ser verificada por meio de inspeção de saúde e apresentação de exames complementares.

2.11 Se militar da ativa das Forças Armadas ou de Forças Auxiliares:

2.11.1 não estar cumprindo o Serviço Militar Inicial;

2.11.2 não ser militar de carreira ou estabilizado;

2.11.3 estar classificado, nos termos do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), no mínimo, no comportamento “Bom” ou em classificação equivalente da Força específica; e

2.11.4 apresentar parecer favorável assinado pelo Comandante, Chefe ou Diretor da organização militar (OM), não sendo aceito documento assinado por outra autoridade - Anexo I.

2.12 Se ex-integrante de qualquer uma das Forças Armadas ou de Forças Auxiliares:

2.12.1 não ter sido demitido *ex officio*, por ser declarado indigno ou incompatível para o oficialato, excluído ou licenciado a bem da disciplina, exceto em casos de reabilitação, amparados pelo artigo 134 do Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969; e

2.12.2 não ter sido considerado isento do Serviço Militar ou licenciado por incapacidade física ou mental definitiva (Incapaz C), ou definição equivalente da Força específica, e não ter sido julgado, em inspeção de saúde, incapaz definitivamente para o serviço do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar.

2.13 Obter aprovação em todas as etapas do presente processo seletivo.

2.14 Não possuir nenhum vínculo, durante o tempo que permanecer no Exército, com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que na Administração Pública indireta, exceto nos casos previstos na Constituição Federal de 1988, apresentando Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público - Anexo F, cujas informações são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).

2.15 Os(As) candidatos(as) serão convocados(as) para o Estágio de Adaptação e Serviço no Exército Brasileiro pelo prazo determinado de 12 (doze) meses.

2.15.1 Ao término de 12 (doze) meses, os(as) militares temporários(as) julgados(as) aptos(as) poderão ter o tempo de serviço prorrogado por igual período, sucessivamente, até atingir o limite de 96 (noventa e seis) meses, como militar, contabilizados em qualquer espécie de Serviço Militar nas Forças Armadas, seja contínuo ou não (inicial, estágio, dilação, prorrogação e outros), respeitada a idade-limite de 45 (quarenta e cinco) anos.

2.16 Caso não exista candidato(a) inscrito(a) e/ou apto(a) a incorporar, no final do processo, em alguma das guarnições relacionadas no Anexo M, poderá ser chamado(a) candidato(a) de outra guarnição, voluntário(a) e apto(a) para ocupar a área vaga, seguindo os mesmos critérios previstos neste Aviso.

2.16.1 O chamamento para servir em guarnição/cidade diversa daquela na qual o(a) candidato(a) se inscreveu obedecerá ao critério de classificação de pontuação geral da área, independente da guarnição.

2.16.2 Caso o(a) candidato(a) de maior pontuação na área não seja voluntário(a), será chamado(a) o (a) subsequente, obedecendo à ordem classificatória de pontuação.

2.16.3 O chamamento previsto no subitem 2.16.1 ocorrerá por meio de publicação no sítio eletrônico da 11ª Região Militar: www.11rm.eb.mil.br.

2.17 Não ter sido, anteriormente, desligado(a) de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar por motivo disciplinar ou de conceito moral.

2.18 Não ter sido desincorporado(a), expulso(a) ou julgado(a) desertor(a), nos termos da legislação que regula o Serviço Militar.

2.19 O(A) candidato(a) condenado(a) judicialmente, com sentença penal transitado em julgado, deverá apresentar a Certidão contendo sua reabilitação judicial, conforme o artigo 651 e parágrafos, do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, Código Processual Penal Militar – CPPM.

2.20 O(A) candidato(a) licenciado(a) a bem da disciplina ou excluído(a) das Organizações Militares da Ativa ou dos Órgãos de Formação de Reserva deverá apresentar a Certidão contendo sua reabilitação, conforme o § 6º do artigo 110 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, que regulamenta a Lei do Serviço Militar, e a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965.

2.21 Estar em dia com suas obrigações perante o Serviço Militar, de acordo com a Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967 – Lei do Serviço Militar para Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e para Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários (LMFDV).

2.22 O(A) candidato(a), por ocasião da incorporação, está impedido(a) de comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, por força do previsto no artigo 29 do Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980.

2.23 O(A) candidato(a) deverá ter ciência de que se impõem a todos os integrantes do Exército Brasileiro o sentimento de dever, o pundonor militar e o decore de classe, com a observância dos seguintes preceitos da ética militar: amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal; exercer, com autoridade, eficiência e probidade, as funções que lhe couberem em decorrência do cargo; respeitar a dignidade da pessoa humana; zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum; praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação; proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular; e cumprir seus deveres de cidadão.

2.24 Os(As) candidatos(as) convocados(as) serão incorporados(as) na condição de militares, indistintamente se do sexo masculino ou feminino, devendo, além das atribuições inerentes a seus cargos, participar de atividades voltadas à consolidação do aprimoramento de suas qualificações militares, da hierarquia, da disciplina e de atributos da área afetiva próprios da carreira das armas. Além disso, deverão dedicar-se à Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP) ou documento equivalente, que se refere à capacitação técnica, à instrução,

ao adestramento, ao serviço de escala, aos exercícios no terreno; à composição de comissões, manutenção da área, de materiais e equipamentos; às representações e às atividades administrativas, como sindicância, função de fiscal de contrato, exame de pagamento, dentre outras, cujo desempenho caiba ao cargo de praça especial (Aspirante a Oficial) e ao oficial subalterno (1º e 2º Tenente), nos termos da legislação vigente, em especial, ao artigo 13 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

2.24.1 Os(as) candidatos(as) convocados(as) serão incorporados(as) na condição de Aspirante a Oficial Técnico Temporário.

2.25 São características da profissão militar às quais o(a) candidato(a), depois de incorporado(a), estará sujeito e das quais não poderá alegar desconhecimento: risco de vida, sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia, dedicação exclusiva, disponibilidade permanente, vigor físico, proibição de participar de atividades políticas e mobilidade geográfica.

2.26 Salienta-se que, independentemente da profissão de natureza técnico-científica, uma vez incorporado às fileiras do Exército Brasileiro, o profissional passará a ostentar o *status* de militar e, nessa peculiar situação, poderá ser convocado para integrar missões operacionais, tanto em território nacional, quanto além de nossas fronteiras, as quais exigirão constante preparo físico, técnico e moral de todos os militares empregados.

3. DO PROCESSO SELETIVO

3.1 O processo seletivo visa à ocupação de cargos vagos em áreas de interesse da 11ª Região Militar, por candidatos(as) de ambos os sexos, que possuam formação de nível superior e pós-graduação, quando exigido no Anexo M, reconhecida pelo Ministério da Educação e necessária para a aplicação dos conhecimentos técnico-profissionais em funções específicas, bem como para a realização de atividades voltadas ao serviço ativo da Força Terrestre, como serviços de escala, instrução, composição de comissões, representações e outras, cujo desempenho caiba à praça especial (Aspirante a Oficial) e ao oficial subalterno (1º e 2º Tenente), em caráter temporário, de forma transitória e por tempo determinado, na área da 11ª Região Militar (estados de Goiás, Tocantins, Distrito Federal e região do Triângulo Mineiro), no ano de 2025.

3.1.1 A abertura de vagas estará condicionada ao licenciamento de militares temporários, por término de tempo de serviço, bem como ao limite orçamentário do Exército Brasileiro no ano de 2025.

3.2 O militar incorporado será remunerado de acordo com a Lei Federal nº 13.321, de 27 de julho de 2016.

3.3 O(A) candidato(a) inscrito(a) atestará sua submissão às exigências do presente Aviso, sendo todas as despesas decorrentes do processo seletivo de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a), não lhe assistindo direito a ressarcimento de qualquer natureza decorrente de insucesso no processo seletivo ou não aproveitamento por falta de vagas.

3.4 As incorporações serão realizadas nas Organizações Militares onde o(a) candidato(a) realizará a 1ª Fase do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) e, posteriormente, será distribuído nas OM onde houver necessidade de recompletamento de vagas, após autorização do Comandante da 11ª Região Militar, obedecendo ao limite de efetivo das Forças Armadas, para um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação específica.

3.5 O processo seletivo será coordenado pelo Comando da 11ª RM, por intermédio da Comissão de Seleção Especial (CSE).

3.6 Os(As) candidatos(as) de nível superior e pós-graduação, quando exigido no Anexo M, aprovados(as) em todas as etapas do processo seletivo, após a definição das vagas que serão disponibilizadas no Aviso de Convocação, serão incorporados(as) nas diversas organizações militares na condição de Aspirantes a Oficial Temporários ou no posto em que se encontrarem, quando Oficiais da Reserva de 2ª Classe (R/2).

3.7 O número de vagas para as áreas e habilitações técnicas de interesse do Exército será divulgado no Anexo M, deste Aviso de Convocação, de acordo com as necessidades e as disponibilidades nas OM, dentro do efetivo das Forças Armadas estabelecido em lei.

3.8 A aprovação nas diversas etapas do processo seletivo que exceder o número de vagas previstos no Anexo M, assegurará apenas a expectativa de direito à Incorporação no Exército Brasileiro no ano de 2025.

3.9 Em caso de igualdade na classificação dos candidatos(as), ou seja, mesma pontuação na avaliação curricular, na mesma área de interesse da 11ª Região Militar, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para todas as fases, inclusive para fins de incorporação, na ordem de prioridade abaixo estabelecida:

3.9.1 oficiais da ativa temporários;

3.9.2 oficiais da Reserva de 2ª Classe;

3.9.3 praças da ativa temporárias;

3.9.4 reservistas de 1ª categoria; e

3.9.5 reservistas de 2ª categoria.

3.10 Dentro do universo citado nos subitens 3.9.1, 3.9.2, 3.9.3, 3.9.4 e 3.9.5, deve ser respeitada a precedência hierárquica.

3.10.1 os civis não enquadrados nos subitens 3.9.2, 3.9.4 e 3.9.5, entre eles:

3.10.1.1 os de menor tempo de serviço público; e

3.10.1.2 os de maior idade.

3.11 Os possuidores de Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) serão convocados e incorporados, bem como os reservistas de 1ª e 2ª categorias serão convocados e reincorporados como Aspirante a Oficial Técnico Temporário e serão submetidos ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS).

4. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

4.1 Etapa I:

4.1.1 inscrições (feitas pela internet);

4.1.2 avaliação curricular realizada automaticamente pelo sistema SISMIL, de acordo com as informações inseridas pelo(a) candidato(a); e

4.1.3 homologação das inscrições.

4.2 Etapa II:

4.2.1 entrega de currículos; e

4.2.2 validações da Avaliação Curricular.

4.3 Etapa III:

4.3.1 Inspeção de Saúde (IS).

5. DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 A taxa para a confirmação da inscrição para este processo seletivo será de R\$ 80,00 (oitenta reais).

5.2 Não serão aceitos, para efeito de pagamento da taxa de inscrição, comprovantes de entrega de envelope nem comprovantes de agendamento, por meio dos terminais de autoatendimento e/ou *internet banking*.

5.3 A Ficha de Inscrição do(a) candidato(a) estará disponível no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br e deverá ser impressa pelo(a) candidato(a).

5.4 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os casos previstos em lei e de acordo com o prescrito no item 7 do presente Aviso.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NESTE PROCESSO SELETIVO

6.1 A inscrição implica o conhecimento e aceitação do disposto neste Aviso e em seus anexos, em relação aos quais o(a) candidato(a) não poderá alegar desconhecimento, devendo certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a área pretendida.

6.2 A inscrição deverá ser realizada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar na internet: www.11rm.eb.mil.br, conforme período estipulado no Anexo A – CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES.

6.3 O candidato deve imprimir, imediatamente após a confirmação da inscrição, a Guia de Recolhimento da União – GRU com Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do(a) candidato(a) – referente à taxa de inscrição, devendo efetuar o pagamento até a data-limite prevista no Anexo A, se dela não estiver isento.

6.3.1 A GRU deve ser paga exclusivamente no Banco do Brasil e, por ocasião do pagamento, faz-se obrigatório informar o número de referência, a competência, o valor principal, o valor total e o CPF do(a) candidato(a).

6.4 O(A) candidato(a) que efetuar o pagamento da taxa de inscrição após a data limite prevista no Anexo A, independentemente do motivo, será eliminado do processo seletivo.

6.5 O(A) candidato(a) poderá reimprimir a GRU de cobrança, acessando a sua ficha de inscrição no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br, até a data-limite para pagamento.

6.6 As inscrições efetuadas somente serão homologadas após a comprovação de pagamento ou do deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.

6.7 O pagamento de taxa de inscrição é de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).

6.8 Deverão ser cadastrados tanto os dados pessoais quanto os relativos à habilitação mínima exigida, títulos, tempo de serviço público anterior, experiência profissional/atividade na área de ensino, e outras informações exigidas no Aviso de Convocação, sendo de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) o seu preenchimento, sob pena de ser eliminado(a) do processo seletivo, caso forneça informações divergentes, carentes de comprovação, inverídicas e/ou falsas, constatadas a qualquer tempo.

6.9 Ao acessar o endereço eletrônico da 11ª Região Militar, o(a) candidato(a) deverá:

6.9.1 ler o Aviso, disponibilizado eletronicamente;

6.9.2 preencher a ficha de inscrição eletrônica;

6.9.3 imprimir a ficha de inscrição, devidamente preenchida; e

6.9.4 efetuar o pagamento da taxa de inscrição, se dela não estiver isento.

6.10 Não serão aceitos inscrições e pagamentos fora do prazo especificado neste Aviso.

6.11 Não será aceita inscrição condicional, nem por outro meio que não o estabelecido neste Aviso.

6.12 O(A) candidato(a) inscrito por terceiros assume total responsabilidade pelas informações inseridas na Ficha de Inscrição eletrônica, arcando com todas as consequências de eventuais erros de seu procurador.

6.13 O Comando da 11ª Região Militar não se responsabilizará por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica, que impossibilitem a transferência de dados.

6.14 O(A) candidato(a) poderá inscrever-se em apenas uma área de atuação e guarnição/cidade.

6.15 A candidata grávida preterida do processo seletivo 2023/2024 deverá, obrigatoriamente, realizar a sua inscrição no processo seletivo vigente, atendendo a todas as regras definidas neste Aviso de Convocação, à exceção do pagamento da taxa de inscrição.

6.16 O(a) candidato(a) deverá verificar os dados informados na Ficha de Inscrição antes de confirmá-los. **Após o encerramento das inscrições, previsto no Anexo A, os dados não poderão ser alterados.**

6.17 O SISMIL (Sistema de Inscrição para o Serviço Militar Temporário) está configurado para realizar inscrições utilizando *browser* (navegador) “Mozilla Firefox”, versão para *desktop*, a partir do versionamento 66.03.

7. DOS PROCEDIMENTOS PARA PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1 Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o(a) candidato(a) que atenda aos seguintes requisitos:

7.1.1 estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e for membro de família de baixa renda.

7.1.2 Para fins de aplicação do item 7.1, adotam-se as seguintes definições:

7.1.2.1 família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por essa unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio;

7.1.2.2 família de baixa renda sem prejuízo do disposto no item 7.1.1: aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo ou a que possua renda familiar mensal de até 03 (três) salários-mínimos.

7.1.2.3 domicílio: o local que serve de moradia à família.

7.1.2.4 renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família.

7.2 O(A) candidato(a) deverá entregar pessoalmente, ou por meio de procurador(a) legalmente constituído(a), a documentação relacionada no item 7.4 no Protocolo Geral da(s)

Organização(ões) Militar(es) listada(s) no subitem 7.3, abaixo, até a data-limite para solicitação de isenção da taxa de inscrição prevista no Anexo A.

7.3 A entrega da documentação listada no item 7.4, referente à solicitação de isenção da taxa de inscrição, deverá ser entregue pessoalmente, ou por procurador(a) legalmente constituído(a) para este fim, até a data limite prevista no Anexo A, no endereço abaixo:

Guarnição	Organização Militar (OM)	Endereço	Local e Horário
Brasília – DF	Comando da 11ª Região Militar	Avenida do Exército, S/N, QG do Comando Militar do Planalto/11ªRM, Setor Militar Urbano (SMU) – Brasília DF	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h00min e das 13h às 16h20 e na 6ª feira, das 08h às 11h30)
Cristalina – GO	Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada	Rua Visconde Mauá, Centro, Cristalina - GO No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)	Rua Visconde Mauá, Centro, Cristalina - GO No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Jataí – GO	41º Batalhão de Infantaria Motorizada	Vila Olavo, S/N	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9 h às 11h30min e das 13 h às 16h45min e nas 6ª feira, das 08 h às 11h45min)
Araguari – MG	2º Batalhão Ferroviário	Rua Professora Lourdes Naves, nº750, Bairro Santo Antônio – Araguari MG	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Uberlândia – MG	36º Batalhão de Infantaria Motorizada	Avenida Aspirante Mega, nº 731, Bairro Jaraguá. Uberlândia (MG)	Protocolo-Geral (2ª a 5ª das 9h às 11h e das 13h às 16h e na 6ª das 08h às 11h45min).

7.4 Os documentos listados abaixo deverão ser entregues com todas as páginas numeradas e rubricadas de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme discriminado nos subitens abaixo.

7.4.1 Ficha de Inscrição Eletrônica impressa após a inscrição realizada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br.

7.4.2 Requerimento do(a) candidato(a) encaminhado ao Comandante da 11ª Região Militar, conforme o Anexo J.

7.4.3 Declaração de Veracidade de Documentos Apresentados Anexo E.

7.4.4 Cópia de Documento Oficial com foto: Carteira de Identidade, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho e Previdência Social, somente para candidato(a) civil.

7.4.5 Cópia do comprovante de residência.

7.4.5.1 O comprovante de residência convencional poderá ser substituído pela Declaração de Residência nos moldes previstos na Lei nº 7.115/83.

7.4.5.2 No caso de falsificação e/ou omissão de informações na Declaração de Residência prevista no item anterior, serão adotadas todas as medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

7.4.6 O(A) candidato(a) que estiver empregado deverá encaminhar ainda:

7.4.6.1 cópias do contracheque ou de documento similar emitido pelo empregador; ou

7.4.6.2 declarações de renda emitidas por contador(a), devidamente registrado no seu órgão de classe, para os trabalhadores ambulantes, prestadores de serviços e os que exerçam atividade autônoma, cuja remuneração, somada, não exceda a 3 (três) salários-mínimos.

7.5 O(A) candidato(a) que estiver desempregado deverá enviar também:

7.5.1 cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou, caso não possua, declaração pessoal de desempregado; e

7.5.2 indicações do Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico (se estiver enquadrado nesta situação).

7.6 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao(a) candidato(a) que:

7.6.1 omitir informação ou prestar informação inverídica;

7.6.2 fraudar ou falsificar documentação; e

7.6.3 deixar de cumprir qualquer dos requisitos, forma e prazo estabelecidos no item 7 e seus subitens.

7.7 O(A) candidato(a) que apresentar documento inidôneo ou firmar declaração falsa, para se beneficiar da isenção da taxa de inscrição, terá sua inscrição e todos os atos dela decorrentes anulados e estará sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

7.8 Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção e dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

7.9 Não será aceito qualquer pedido de isenção além do estabelecido pelo item 7 e seus subitens.

7.10 Cada pedido de isenção de taxa de inscrição será analisado e julgado pelo presidente da Comissão de Seleção Especial (CSE), quando oriundo de candidato(a) inscrito(a) para a guarnição de Brasília-DF, ou pelo presidente da respectiva Subcomissão de Guarnição, no caso de pedido de isenção de taxa de inscrição requerido por candidato(a) inscrito(a) em outra guarnição.

7.11 Para fins de solicitação de isenção de taxa de inscrição, serão aceitas cópias/reproduções não autenticadas, bem como os requerimentos, declarações e demais documentos assinados pelo(a) candidato(a), sem necessidade de firma reconhecida em cartório, desde que acompanhados da DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE DOCUMENTOS APRESENTADOS - Anexo E.

7.12 A relação dos(as) candidatos(as) que tiveram o seu pedido de isenção de taxa de inscrição deferido será divulgada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br, na data prevista no Anexo A.

7.13 O(A) candidato(a) que tiver seu requerimento de isenção indeferido para efetivar a sua inscrição no processo seletivo deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data limite estabelecida no Anexo A.

7.14 Também terá isenção da taxa de inscrição o(a) candidato(a) doador(a) de medula óssea, em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 13.656/2018.

7.15 Para solicitar a isenção da taxa de inscrição, o(a) candidato(a) amparado(a) pela Lei nº 13.656/2018 deverá apresentar, cumulativamente, os documentos relacionados:

7.15.1 atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, que comprove que o(a) candidato(a) efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação;

7.15.2 DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE DOCUMENTOS APRESENTADOS - Anexo E;

7.15.3 requerimento do(a) candidato(a) encaminhado ao Comandante da 11ª Região Militar, conforme o Anexo J; e

7.15.4 cópia de documento oficial com foto: Carteira de Identidade, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho e Previdência Social.

7.16 A entrega da documentação prevista no item 7.4 e seus subitens, referente à solicitação de isenção da taxa de inscrição, deverá ser feita, pessoalmente ou por procurador legalmente constituído para este fim, na guarnição onde se inscreveu, nos endereços relacionados no item 7.3.

7.17 No momento da entrega dos documentos, os candidatos deverão apresentar os respectivos originais para fins de conferência.

8. DA AVALIAÇÃO CURRICULAR (realizada pelo sistema SISMIL na ocasião da inscrição)

8.1 O(A) candidato(a) deverá apresentar diploma de nível superior e, quando exigido no Anexo M, certificado e/ou diploma de pós-graduação concluídos (colado grau) até a data prevista para a incorporação indicada no ANEXO A, sob pena de eliminação do certame. Já os títulos, a atividade profissional, os cursos, deverão ter relação direta com a graduação para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu, bem como deverão ter relação direta com a Graduação para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu.

8.1.1 O(A) candidato(a) deverá lançar todas as informações passíveis de pontuação no seu currículo disponível na Plataforma *Lattes*, sob pena de eliminação, quando se tratar de habilitação mínima exigida; ou perda da pontuação, nos demais casos.

8.1.2 O cadastro do(a) candidato(a) na Plataforma *Lattes* deverá ser feito com o mesmo nome informado pelo(a) candidato(a) na Ficha de Inscrição.

8.1.3 A orientação é que os(as) candidatos(as) atualizem seus currículos disponíveis na Plataforma *Lattes* antes da data prevista para divulgação das inscrições homologadas.

8.1.4 Para fins de pontuação, todas as informações lançadas na Ficha de Inscrição deverão constar no Currículo *Lattes*.

8.2 Para fins de pontuação, quando for exigido, no Anexo M, que o(a) candidato(a) possua graduação e pós-graduação como habilitação mínima, a atividade profissional e os cursos, deverão ter relação com a graduação e/ou pós-graduação.

8.2.1 Para fins de pontuação da experiência profissional, quando constar no Anexo L que o(a) candidato(a) deve possuir diploma/certificado de graduação e pós-graduação, como habilitação mínima exigida à comprovação da atividade profissional, poderá ser como generalista ou como especialista.

8.2.1.1 Quando se tratar dos casos previstos no subitem 8.2.1, a pontuação da experiência profissional como especialista poderá ser acrescida de aproximadamente 0,007 ponto, por ano, se atender às exigências contidas neste Aviso de Convocação.

8.2.1.2 Se o(a) candidato(a) tiver desempenhado, na mesma empresa/órgão/instituição, atividade profissional como especialista e como generalista, será necessário que realize o cadastro separadamente, informando de maneira distinta a experiência profissional sem especialidade e a experiência com especialidade, de forma a permitir a pontuação diferenciada.

8.2.1.3 Se o(a) candidato(a) informar que possui experiência profissional na especialidade exigida, mas comprovar a atividade como generalista, a pontuação auferida será de 0,006 por dia trabalhado.

8.2.1.4 A experiência profissional como especialista só poderá ocorrer quando a pós-graduação figurar como habilitação mínima exigida constante no Anexo M.

8.2.1.5 A experiência profissional como especialista somente será computada após a conclusão da pós-graduação (especialização, MBA, residência, mestrado ou doutorado) que figurar, no Anexo M, como habilitação mínima exigida.

8.3 A Avaliação Curricular será realizada automaticamente pelo SISMIL, o qual atribuirá pontos, de acordo com os dados lançados pelo(a) próprio(a) candidato(a), na Ficha de Inscrição eletrônica, sendo este(a) responsável pela comprovação da veracidade das informações apresentadas.

8.4 Em data prevista no Anexo A, será divulgada, na internet: www.11rm.eb.mil.br, a Avaliação Curricular dos(as) candidatos(as) inscritos(as), em ordem de pontuação, dentro das áreas de interesse.

8.5 Os pontos e a classificação atribuídos automaticamente pelo sistema SISMIL, de acordo com os dados lançados pelo(a) próprio(a) candidato(a) na Ficha de Inscrição eletrônica, corresponderão apenas à conferência quantitativa dos documentos cadastrados, não gerando expectativa de direito real na pontuação e classificação final. A análise desses documentos será realizada pela Comissão de Seleção Especial (CSE) durante a Validação da Avaliação Curricular, a qual poderá resultar na alteração da pontuação e da classificação.

8.6 Na mesma oportunidade, será apresentada a relação dos(as) candidatos(as) chamados(as) para a Etapa II, Entrega de currículos na CSE, para fins de validação da avaliação curricular.

8.7 Os(As) candidatos(as) chamados(as) para esta Etapa deverão entregar pessoalmente, ou por intermédio de procurador legal, munido de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste certame, os documentos relacionados no item 10.11 e seus subitens, em data, hora e local constantes da chamada para entrega de currículos a ser divulgada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br.

8.8 O Anexo L serve como referência ao(à) candidato(a), apresentando a pontuação atribuída a cada aspecto da sua formação e experiência profissional.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

9.1 Terão suas inscrições homologadas os(as) candidatos(as) que tiverem pago a taxa de inscrição dentro do prazo estipulado no calendário constante do Anexo A e aqueles que estiverem isentos dessa taxa.

9.2 Somente estará apto a prosseguir para a fase seguinte do processo seletivo (ETAPA II) o(a) candidato(a) que tiver a sua inscrição homologada.

9.3 Em data prevista no Anexo A, será divulgada, no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br, a relação das inscrições homologadas e não homologadas.

9.4 Na relação das inscrições homologadas, constarão os nomes dos(as) candidatos(as) inscritos(as), em ordem decrescente de pontuação, dentro das áreas de interesse.

10. ETAPA II

10.1 ENTREGA DE CURRÍCULOS

10.2 Serão chamados para a Etapa II, para a entrega de currículos e Validação da Avaliação Curricular, os(as) candidatos(as) de maior pontuação na avaliação curricular, cujas inscrições foram homologadas, de acordo com listas a serem divulgadas oportunamente, no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br.

10.3 A Validação da Avaliação Curricular é de caráter seletivo, classificatório e eliminatório e será realizada de acordo com os documentos apresentados pelo(a) candidato(a), ou seu procurador, abrangendo toda a documentação apresentada.

10.4 O(A) candidato(a) chamado(a) para Validação da Avaliação Curricular deve entregar pessoalmente, ou por intermédio de procurador legal, munido de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste processo seletivo, os documentos relacionados no subitem 10.11 e seus subitens, bem como os comprovantes de todos os cursos, títulos e experiência profissional declarados na Ficha de Inscrição eletrônica e constantes no currículo disponível na Plataforma *Lattes*, em data, hora e local indicados na chamada para a Etapa II, divulgados no endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

10.5 Para comprovação de experiência profissional, serão contabilizados, para fins de pontuação, no máximo 08 (oito) anos de experiência profissional.

10.5.1 A experiência profissional será contabilizada em dias, utilizando-se 03 (três) casas decimais.

10.6 Não será aceita a entrega de documentos em data posterior à constante da chamada, bem como a remessa por via postal, fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio.

10.7 Não será considerado documento apresentado no currículo que não tenha sido informado, expressamente, na Ficha de Inscrição e/ou Plataforma *Lattes*.

10.8 Em caso de eliminação de algum(a) candidato(a) nesta etapa, serão chamados, por ordem de classificação, novos(as) candidatos(as) para apresentação de documentação, nos dias subsequentes, por meio do endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

10.9 As informações prestadas pelo(a) candidato(a) são de sua inteira responsabilidade.

10.10 A entrega de documentos para a Validação da Avaliação Curricular é de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) e do seu procurador (se for o caso), estando, ambos, sujeitos à responsabilização cível, penal e administrativa.

10.11 Todos os documentos da Validação da Avaliação Curricular deverão ser entregues, com todas as páginas numeradas e rubricadas de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme lista de verificação de documentos no ANEXO “N”.

10.11.1 Ficha de Inscrição Eletrônica, impressa após a inscrição realizada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br, com foto 3x4 colada.

10.11.2 Procuração, com firma reconhecida em cartório, caso não seja possível o comparecimento pessoal do(a) candidato(a) no local e data previstos, para a entrega de documentos, para a Validação da Avaliação Curricular.

10.11.3 Cópia do currículo do(a) candidato(a) disponível na Plataforma *Lattes*.

10.11.4 Original do comprovante de que efetuou o pagamento da taxa de inscrição (Guia de Recolhimento da União – GRU) dentro do prazo limite constante do Anexo A, caso não esteja isento do pagamento da referida taxa.

10.11.5 Declaração de Voluntariado para Prestação do Serviço Militar Temporário, por um período mínimo de doze meses Anexo B, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.11.6 Declaração de Tempo de Serviço Público prestado junto às Forças Armadas anterior à Incorporação Anexo C, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado. ATENÇÃO: o(a) candidato(a) que não possuir tempo de serviço público deverá registrar 00 anos 00 meses 00 dias.

10.11.7 Declaração de Residência Anexo D, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.11.8 Cópia do Comprovante de Residência.

10.11.8.1 O Comprovante de Residência convencional poderá ser substituído pela Declaração de Residência nos moldes previstos na Lei nº 7.115/83.

10.11.8.2 No caso de falsificação e/ou omissão de informações na Declaração de Residência prevista no item anterior, serão adotadas todas as medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

10.11.9 Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez Anexo H, apenas para candidatas do segmento feminino, assinada de próprio punho pela candidata, conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado. Tendo em vista a proteção constitucional do direito à maternidade, toda mulher deve assinar, por ocasião do processo seletivo, uma declaração de ciência da necessidade de informação imediata à Instituição, caso apresente ou venha a apresentar estado de gravidez no curso do processo. O estado de gravidez impede a incorporação no Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) ou no Estágio de Instrução e Serviço (EIS), em virtude dos riscos decorrentes das atividades militares a serem desenvolvidas.

10.11.10 Declaração de Veracidade dos Documentos Apresentados - Anexo E.

10.11.11 Parecer Favorável do Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar, onde serve, para participação em Processo Seletivo do Serviço Militar Temporário - Anexo I, apenas, para candidatos(as) militares da ativa.

10.11.11.1 O parecer do Comandante, Chefe ou Diretor deverá ser impresso em papel timbrado, com o carimbo do militar que emitiu o documento, e autenticado na Seção de Pessoal da Organização Militar (Exército, Marinha e Aeronáutica).

10.11.11.2 O documento apresentado sem autenticação Organização Militar poderá ser submetido à análise de veracidade.

10.11.12 Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público - Anexo F, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.11.13 Declaração de Ciência de Impedimento para comerciar ou tomar ciência do impedimento para comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade privada, dela ser sócio ou participar – Anexo G, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.11.14 Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral no sítio www.tse.jus.br.

10.11.15 Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal, extraída do sítio da Justiça Federal onde o(a) candidato(a) residiu nos últimos 05 (cinco) anos.

10.11.16 Certidão Negativa Criminal, emitida pela Justiça Estadual/Distrital, extraída do sítio da Justiça Estadual/Distrital onde o(a) candidato(a) residiu nos últimos 05 (cinco) anos.

10.11.17 Certidão Negativa Criminal Militar, emitida pelo Superior Tribunal Militar no sítio www.stm.jus.br.

10.11.18 Cópia de documento oficial com foto: Carteira de Identidade, ou Passaporte, ou Carteira Nacional de Habilitação, ou Carteira de Trabalho e Previdência Social, somente para candidato(a) civil.

10.11.19 Cópia da Carteira de Identidade Militar, somente para candidato(a) militar temporário da ativa.

10.11.20 Cópia do CPF ou comprovante de situação cadastral do CPF no sítio www.receita.fazenda.gov.br.

10.11.21 Apresentação do título de Eleitor poderá ser substituída pela Certidão de Quitação Eleitoral, nos moldes exigidos no item 10.11.14 .

10.11.22 Cópia da Carta Patente de candidatos(as) do sexo masculino e feminino que servem ou já serviram como oficiais.

10.11.23 Cópia da Certidão de Situação Militar de candidatos(as) do sexo masculino e feminino que já serviram como oficial temporário.

10.11.24 Cópia do Certificado de Reservista de candidatos(as) que já serviram como praça.

10.11.25 Cópia do Certificado de Dispensa de Incorporação de candidatos(as) do sexo masculino que foram dispensados do Serviço Militar Obrigatório.

10.11.26 Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

10.11.27 Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes, quando for o caso.

10.11.28 Cópia do certificado de conclusão de ensino médio, acompanhado do histórico escolar.

10.11.29 Cópia do(s) diploma(s) de Curso Superior, obrigatoriamente acompanhado(s) do histórico escolar do Curso Superior. Caso seja exigido no Anexo M, também será necessária a apresentação do Diploma/Certificado de pós-graduação.

10.11.30 Cópia da Carteira, na qual fique comprovado o registro ativo do respectivo Conselho ou Ordem de profissionais, quando existir.

10.11.30.1 Em caráter excepcional, para fins de inscrição no processo seletivo, enquanto aguarda o fornecimento da Carteira, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos e legais de regularização deste documento, o(a) candidato(a) poderá apresentar declaração ou certidão emitida pelo Conselho de classe, que comprove a sua inscrição e regularidade junto ao órgão.

10.11.30.2 Será obrigatória a comprovação de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional ou Ordem (quando houver), em condição de legitimidade para o exercício da profissão, incluindo a correspondente habilitação ao exercício da profissão na especialidade a

que concorrer, visando impedir a Incorporação de profissional que esteja com a sua habilitação suspensa ou cassada.

10.11.30.3 Será obrigatório, no ato da incorporação, comprovar inscrição e regularidade junto ao órgão de classe do respectivo estado/Distrito Federal, onde ocorrerá a incorporação.

10.11.30.4 Quando o Conselho de Classe relativizar, dispensar, excepcionar ou tornar facultativo o registro junto ao órgão, sem a possibilidade de caracterizar exercício ilegal da profissão, o(a) candidato(a) deverá apresentar cópia da Norma que relativiza, dispensa, excepciona ou torna facultativo o registro ou declaração/certidão do respectivo conselho, com a devida justificativa.

10.11.31 Cópia da Habilitação Mínima Exigida: diploma ou certidão de conclusão de curso superior, reconhecido pelo (MEC). Caso seja exigido no Anexo M, também será necessária a apresentação do diploma/certificado de pós-graduação.

10.11.31.1 A cópia do diploma de Curso Superior deverá ser entregue acompanhada do histórico escolar do curso superior, sob pena de eliminação.

10.11.32 Cópia do(s) diploma(s) e/ou certificado(s) de pós-graduação que possuam relação direta com a graduação para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu.

10.11.32.1 As pós-graduações *Stricto Sensu* (Mestrado e/ou Doutorado) declaradas, referentes à especialidade a que concorre, deverão ser devidamente registradas por instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC.

10.11.32.2 Os diplomas e as declarações de conclusão de pós-graduações *Stricto Sensu* (Mestrado e/ou Doutorado) deverão ser obrigatoriamente acompanhados dos seus respectivos históricos, expedidos pelos estabelecimentos de ensino cadastrados e autorizados pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES.

10.11.32.3 No caso das pós-graduações *Lato Sensu* (especialização com duração mínima de 360 horas), na modalidade presencial ou a distância, o certificado deverá ter relação direta com a graduação, para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu, e a instituição de ensino deverá ser reconhecida pelo MEC e cadastrada no e-MEC.

10.11.32.4 As declarações de conclusão de pós-graduação *Lato Sensu* (especialização com duração mínima de 360 horas), acompanhadas com seus respectivos históricos, na modalidade presencial ou a distância, deverão ser emitidas pela instituição de ensino que efetivamente ministrou o curso, bem como devem atender às exigências da Resolução CNE/CES nº 01, de 6 de abril de 2018, que Estabelece Normas para o Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização.

10.11.32.5 Os certificados de pós-graduação emitidos pelas Associações e Conselhos de Classe somente serão aceitos para fins de pontuação, se os emitentes estiverem devidamente

autorizados pelo MEC para funcionar como Instituição de Ensino, cadastrados no e-MEC e os cursos devidamente reconhecidos pelo MEC.

10.11.33 Em caráter excepcional, para fins de inscrição no processo seletivo, enquanto aguarda o fornecimento do diploma de graduação, do histórico escolar do curso superior, do diploma ou certificado de pós-graduação, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos legais de regularização desses documentos, a cargo da instituição de ensino junto à Secretaria de Educação municipal/estadual/distrital, Ministério da Educação ou órgão competente, o(a) candidato(a) poderá apresentar a declaração ou certidão emitida pela instituição de ensino, a qual será válida até a data prevista para a incorporação indicada no Anexo A.

10.11.33.1 A não apresentação do diploma de graduação, do histórico escolar do curso superior e do diploma ou certificado de pós-graduação (quando se tratar de habilitação mínima exigida no Anexo M), até a data prevista para a incorporação indicada no Anexo A, ocasionará a eliminação do certame.

10.11.33.2 A não apresentação do diploma ou certificado de pós-graduação, quando (se tratar de habilitação mínima exigida), até a data prevista para a incorporação indicada no Anexo A, ocasionará a eliminação do certame.

10.11.33.2.1 O certificado de pós-graduação apresentado pelo candidato, quando este não for habilitação mínima exigida para participação do(a) candidato(a) no processo seletivo, será contabilizado exclusivamente para fins de pontuação, não ensejando direito futuro ao recebimento de qualquer adicional de habilitação, conforme previsto na Portaria normativa ns 86/GM-MD, de 22 de setembro de 2020, da Portaria - C Ex ns 1.443, de 7 de janeiro de 2021 e da Nota Técnica ns 013/ASSEJUR/SSEF/SEF, de 22 de novembro de 2023.

10.11.34 Cópia de comprovação da experiência profissional e atividades na área de ensino, se houver.

10.11.35 Cópia do(s) certificado(s) do(s) curso(s) previstos no item 2 do Anexo L.

10.11.36 Para candidato(a) militar da ativa ou da reserva das Forças Armadas ou integrante de Forças Auxiliares, é obrigatória a apresentação das Folhas de Alterações ou certidão de assentamentos militares, relativas a todo o período de serviço, constando, no caso das praças, obrigatoriamente, a classificação do seu comportamento por ocasião da sua exclusão ou desligamento.

10.11.36.1 As Folhas de Alterações não suprem e não servem como documento complementar à Certidão de Tempo de Serviço Público prestado em órgão público federal, estadual ou municipal.

10.11.36.2 Em caso de candidato(a) militar da reserva não-remunerada, as Folhas de Alterações servem como documento complementar à Certidão de Tempo de Serviço Público prestado em

órgão público federal, quando se tratar de experiência profissional prestada junto às Forças Armadas.

10.11.36.3 Em caráter excepcional, enquanto aguarda o fornecimento das Folhas de Alterações ou certidão de assentamentos, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos legais de elaboração desses documentos, o(a) candidato(a) poderá apresentar declaração/solicitação emitida pela OM em que serviu.

10.11.36.4 A não apresentação das Folhas de Alterações até a data de incorporação eliminará o(a) candidato(a) do processo seletivo.

10.12 Todo documento que esteja em língua estrangeira deverá ser acompanhado de versão em português, feita por tradutor juramentado, sendo admitida apenas as exceções previstas neste Aviso de Convocação.

10.13 No momento da entrega dos documentos, os candidatos deverão apresentar os respectivos originais para fins de conferência.

10.14 Somente serão validados e receberão pontuação os diplomas/certificados/declarações de graduação, pós-graduação, cursos, bem como a experiência profissional que constarem no currículo do(a) candidato(a) disponível na Plataforma *Lattes* (lattes.cnpq.br/).

10.15 A não apresentação dos documentos originais, conforme exigido no subitem acima, no momento da entrega do(s) documento(s) para fins de Validação da Avaliação Curricular, implicará a eliminação do(a) candidato(a) quando se tratar dos documentos relacionados no subitem 14.18 ou acarretará a perda da pontuação, nos demais casos.

10.16 O(A) candidato(a) ou procurador legal munido de instrumento de procuração com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para este certame, para resolver quaisquer assuntos referentes ao(à) candidato(a) neste processo seletivo deverá comparecer para a entrega de todos os documentos, incluindo as declarações e cópias/reproduções autenticadas previstas para esta Etapa, na data, local e hora constantes da chamada para entrega de currículos, a ser divulgada no endereço eletrônico da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br. O não comparecimento ou atraso acarretará a sua eliminação do processo seletivo.

10.17 Os Anexos C e F, bem como as certidões previstas nos subitens 10.11.14, 10.11.15, 10.11.16, 10.11.17, bem como os documentos previstos nos subitens 10.11.30 (se houver), 10.11.30.1 (se for o caso), 10.11.30.2, e 10.11.30.3, deverão ser entregues novamente pelo(a) candidato(a) na data da Inspeção de Saúde (IS), sob pena de eliminação do processo seletivo.

10.18 Os Anexos C e F, bem como as certidões previstas nos subitens 10.11.14, 10.11.15, 10.11.16, 10.11.17, bem como os documentos previstos nos subitens 10.11.30 (se houver), 10.11.30.1 (se for o caso), 10.11.30.2, 10.11.30.3, e 10.11.30.4, deverão ser entregues

novamente pelo(a) candidato(a), sob pena de eliminação do processo seletivo no ato da incorporação.

10.19 As declarações/certidões/documentos previstos nos itens 10.17 e 10.18 deverão ser atualizados, ou seja, emitidos/expedidos nos últimos 30 (trinta) dias, sendo a data definida para a entrega o início do marco temporal.

10.20 Serão desconsiderados os documentos ilegíveis, que impossibilitem a leitura parcial ou integral do seu conteúdo.

10.21 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados nos itens/subitens anteriores em forma de Recurso, continuará eliminado(a), a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11. VALIDAÇÃO DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

11.1 Somente serão consideradas/validadas e receberão a pontuação as experiências profissionais, bem como a atividade na área de ensino constantes no currículo *Lattes* e realizadas após a formação de nível superior.

11.2 Somente serão contabilizados, para fins de pontuação, no máximo, 2.920 (dois mil, novecentos e vinte) dias, quando a comprovação do exercício de atividade profissional for feita por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social, prestação de serviço por meio de RPA, na prestação de serviço como empresário individual e prestação de serviços em órgãos/instituições públicas.

11.3 A experiência profissional será contabilizada em dias.

11.4 A pontuação referente à experiência profissional será de 0,006 para cada dia de atividade profissional/atividade de ensino no meio civil.

11.4.1 A pontuação referente à atividade profissional e de ensino, no meio Militar, será de 0,007 para cada dia trabalhado.

11.4.2 A pontuação referente à experiência profissional será de 0,007 para cada dia de atividade profissional/atividade de ensino como especialista.

11.5 Para fins de comprovação de experiência profissional, não serão considerados períodos de trabalhos sobrepostos, mesmo em instituições/órgãos diferentes, inclusive para a atividade exercida no Magistério e/ou como profissionais de saúde.

11.6 A comprovação do exercício da atividade profissional, as atividades na área de ensino, os títulos, os cursos, somente serão validados e receberão pontuação se possuírem relação direta com a graduação à qual o(a) candidato(a) está concorrendo, constar na Ficha de Inscrição, bem

como se tiverem sido realizados e/ou concluídos até o último dia previsto para inscrição, conforme informações contidas no Cronograma Inicial de Atividades - Anexo A.

11.7 Para as áreas que se exigem graduações e pós-graduação, como Habilitação Mínima Exigida no Anexo M, a comprovação do exercício da atividade profissional, as atividades na área de ensino, os títulos, os cursos, serão validados e receberão pontuação, se possuírem relação direta com a graduação ou pós-graduação e constarem no currículo disponível na Plataforma *Lattes*.

11.8 A comprovação do exercício de atividade profissional, inclusive, daquela exercida na área de ensino, deverá ser feita por uma das cinco maneiras relacionadas a seguir: mediante apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social; prestação de serviço por meio de RPA; na prestação de serviço como empresário individual; e prestação de serviços em órgãos/instituições públicas.

11.9 Na apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):

11.9.1 A comprovação de atividade exercida na área de ensino ou exercício de atividade profissional, mediante apresentação da CTPS, deverá atender às exigências abaixo relacionadas:

11.9.1.1 Apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contendo a página de identificação do trabalhador, a página em que conste o registro do empregador que informe o período (com início e fim), discriminando o tempo de serviço e o cargo/ocupação desempenhados, bem como a Razão Social e o número do CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica, ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física que desenvolveu a atividade. Caso na CTPS não esteja especificado o cargo/ocupação desenvolvido pelo(a) candidato(a) que tenha relação com a graduação à qual concorre, faz-se necessário, concomitantemente, apresentar declaração do empregador relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), exclusivamente na especialidade para a qual está concorrendo, com reprodução/cópia do contrato autenticada em cartório e declaração com firma reconhecida em cartório.

11.9.1.2 Quando se tratar de comprovação de experiência profissional, por meio da CTPS, também será obrigatória a apresentação do extrato de contribuições emitido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), onde conste o período trabalhado e a Pessoa Jurídica/Física cadastrada na Ficha de Inscrição, que contenha *QR Code* e/ou código de verificação/validação.

11.9.1.2.1 Somente serão aceitos extratos emitidos pelo INSS que contenham *QR Code* e/ou código de verificação/validação.

11.9.1.3 Caso se faça necessária a apresentação da declaração do empregador prevista no item 11.9.1.4 (quando o cargo/ocupação constante na CTPS não especificar a atividade desenvolvida), é obrigatório informar **a Razão Social e o número CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica, ou o nome**

completo e o número do CPF da Pessoa Física para a qual desenvolveu a atividade, bem como o código de ocupação previsto na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), exclusivamente, na especialidade para que estiver concorrendo, para fins de pontuação, bem como o período, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

11.9.1.4 Caso a CTPS não contenha a anotação referente ao fim do vínculo empregatício da experiência profissional cadastrada, faz-se necessária a declaração do empregador, informando o período trabalhado com reconhecimento de firma em cartório.

11.9.2 Na cópia da CTPS, deverá constar obrigatoriamente a identificação do trabalhador, com foto e qualquer outra página que auxilie a avaliação.

11.9.3 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do órgão ou setor equivalente.

11.9.3.1 Quando não existir setor de Recursos Humanos ou equivalente, serão aceitas declarações emitidas pelo(a) contador(a) desde que no documento venha identificado o nome completo do(a) profissional, nº do Cadastro Nacional de Pessoa Física e o seu respectivo registro junto ao órgão de classe.

11.9.3.1.1 Se ficar comprovado a existência de setor de Recursos Humanos ou equivalente, as declarações emitidas por contadores, conforme previsto no item 11.9.3.1, serão desvalidadas, acarretando, ainda, na perda da pontuação.

11.9.4 Na falta da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, poderá ser apresentado, alternativamente, o extrato do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), constando o nome da empresa, acompanhado da declaração do empregador relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), bem como o período exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo, para fins de pontuação.

11.9.5 Se o(a) candidato(a) não apresentar toda a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/hora e no local previsto no chamamento, não receberá a pontuação.

11.9.6 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, estes não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11.10 Na prestação de serviço por meio de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA):

11.10.1 Mediante apresentação de reprodução/cópia de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) sendo pelo menos o primeiro e o último recibos do período trabalhado, acompanhados da declaração do contratante/beneficiário em que se informe a Razão Social e o número CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica, ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física para a qual desenvolveu a atividade, bem como o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço prestado e a descrição das atividades, exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo, para fins de pontuação. Também se faz obrigatória a apresentação da certidão emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, com a indicação da profissão, acompanhada do extrato de contribuições previdenciárias, exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo, com firma reconhecida em cartório somente para a declaração.

11.10.1.1 Somente serão aceitas certidões emitidas pelo INSS que contenham *QR Code* e/ou código de verificação/validação.

11.10.2 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do órgão ou setor equivalente.

11.10.2.1 Quando não existir setor de Recursos Humanos ou equivalente, serão aceitas declarações emitidas pelo(a) contador(a), desde que no documento venha identificado o nome completo do(a) profissional, nº do Cadastro Nacional de Pessoa Física e o seu respectivo registro junto ao Órgão de Classe.

11.10.2.2 Se ficar comprovada a existência de setor de Recursos Humanos ou equivalente, as declarações emitidas por contadores, conforme previsto no item 11.10.2.1, serão desvalidadas, acarretando, ainda, a perda da pontuação.

11.10.3 Se o(a) candidato(a) não apresentar toda a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/hora e no local previsto no chamamento, não receberá a pontuação.

11.10.4 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11.11 Na prestação de serviços como empresário individual, Micro e Pequeno Empreendedor Individual – MEI e Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI e/ou SLU (Sociedade Limitada Unipessoal) (não pode Sociedade de Empresas):

11.11.1 Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), em que conste o nome do(a) candidato(a) como responsável pela empresa, acompanhado do extrato de contribuições emitido

pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que contenha *QR Code* e/ou código de verificação/validação.

11.11.2 As atividades econômicas principais e/ou secundárias descritas no CNPJ deverão estar relacionadas com o curso superior, se for o caso, à qual o(a) candidato(a) está concorrendo;

11.11.3 Se o(a) candidato(a) não apresentar toda a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/local/hora prevista no chamamento, não receberá a pontuação.

11.11.4 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11.12 Em órgão/instituição pública:

11.12.1 Documento oficial emitido pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datado e assinado pelo respectivo órgão de Gerência de Pessoas, que informe o período, com data completa de início e fim, se for o caso, com a descrição detalhada das atividades desenvolvidas, exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo, para fins de pontuação.

11.12.2 Caso o documento previsto no subitem anterior não especifique a atividade desenvolvida nem o período, faz-se necessário apresentar simultaneamente declaração do empregador, relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), bem como o período.

11.12.3 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do órgão ou equivalente.

11.12.4 Em caso de candidato(a) militar da ativa, a declaração deverá ser assinada pelo Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar na qual serve.

11.12.4.1 Em caso de candidato(a) militar da reserva não-remunerada, a declaração prevista no item acima está dispensada, desde que as informações previstas nas Folhas de Alterações descrevam de maneira pormenorizada a comprovação da experiência profissional.

11.12.4.2 Caso as Folhas de Alterações não descrevam de maneira pormenorizada a experiência profissional do(a) candidato(a) militar da Reserva Não-Remunerada, a apresentação da declaração prevista no 11.12.4 se faz necessária, para fins de pontuação.

11.12.5 Os candidatos(as) da área de saúde do meio civil também poderão comprovar a experiência profissional apresentando o histórico de vínculo extraído do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), disponível no endereço eletrônico <http://cnes.datasus.gov.br/>, se for o caso, desde que as informações cadastradas na Ficha de

Inscrição sejam compatíveis com os dados oficiais do Ministério da Saúde, responsável pelo cadastro, e as informações inseridas na Ficha de Inscrição.

11.12.6 Se o(a) candidato(a) não apresentar toda a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/hora e no local previsto no chamamento, não receberá a pontuação.

11.12.7 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, estes não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11.13 Caso o(a) candidato(a) tenha experiência profissional desenvolvida na mesma empresa/instituição/órgão público em períodos diversos/alternados, deverá cadastrar individualmente/separadamente cada período na Ficha de Inscrição, informando detalhadamente as funções exercidas, bem como a data de início e fim.

11.13.1 Quando se fizer necessária a apresentação das declarações previstas nos itens 11.9.1.1, 11.9.4, 11.10.1 e 11.12.2, o(a) candidato(a) deverá apresentar uma declaração para cada período cadastrado, exceto se o documento detalhar os respectivos períodos separadamente.

11.14 Ao informar a experiência profissional na Ficha de Inscrição, o(a) candidato(a) deverá cadastrar a Razão Social e o número CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica, e o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física para quem desenvolveu a atividade.

11.15 Não será considerado, para fins de pontuação, em hipótese nenhuma, a experiência com o trabalho voluntário, estágio, monitoria ou bolsa de estudo e/ou pesquisa.

11.16 Para fins de pontuação de experiência profissional no que se refere ao Magistério, somente serão aceitos os períodos em que houve a atuação docente relacionada à graduação para a qual concorre.

11.17 Cursos realizados no exterior deverão ter a validação do órgão de classe ao qual o(a) candidato(a) está vinculado, se for o caso, sendo que pós-graduações *Stricto Sensu* deverão ser reconhecidas por instituições de ensino nacionais (Lei nº 9.394 de 1996) para poderem pontuar.

11.18 Os currículos entregues à Comissão de Seleção Especial (CSE) serão avaliados por uma equipe composta por militares especializados, conforme as áreas de interesse constantes deste Aviso.

ATENÇÃO: o resultado das eventuais perdas de pontuação da Avaliação Curricular estará disponível no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br, por meio do link de acesso da inscrição, no período destinado à interposição de recursos.

11.19 Para os(as) candidatos(as) que concorrem a cargos que exigem qualificação profissional regulamentada por Lei, é obrigatório o registro no respectivo conselho de profissionais, se houver.

11.20 Quando houver a necessidade da comprovação do registro profissional junto ao conselho de profissionais, será obrigatória a comprovação de regularidade junto ao órgão, que poderá ser feita por meio de declaração devidamente assinada com assinatura eletrônica qualificada, nos termos da lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

11.21 Para os candidatos(as) que se enquadrem nos itens 11.19 e 11.20 e estiverem com registro profissional em outro estado, será obrigatório, no ato da Incorporação, comprovar o registro, bem como a regularidade junto ao órgão de classe na unidade da federação onde ocorrerá a incorporação (Distrito Federal, Goiás, Tocantins ou Minas Gerais), por meio de declaração devidamente assinada com assinatura eletrônica qualificada, nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

12. ETAPA III

12.1 Inspeção de Saúde (IS)

12.2 A fim de se evitarem gastos desnecessários, a orientação do Comando da 11ª Região Militar é que o(a) candidato(a) só deve providenciar os exames exigidos na Etapa III após o chamamento para a Inspeção de Saúde.

12.2.1 Serão chamados para a Etapa III e prosseguirão no processo seletivo os(as) candidatos(as) de maior pontuação na Validação da Avaliação Curricular (Etapa II).

12.3 A Inspeção de Saúde (IS) será realizada em locais, datas e horários conforme divulgação a ser veiculada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

12.3.1 Via de regra, os(as) candidatos(as) realizarão a Inspeção de Saúde (IS) nas guarnições para onde se inscreveram, salvo nos casos previstos neste Aviso de Convocação e/ou se a Administração Militar emitir ordem em contrário.

12.4 O(A) candidato(a) deverá comparecer ao local trajando roupa de banho por baixo (sunga ou biquíni), a fim de permitir a adequada Inspeção de Saúde.

12.5 Somente os(as) candidatos(as) selecionados(às) para a Etapa III deverão apresentar os resultados dos exames originais e cópia, com laudo, relacionados a seguir, cuja realização será de sua responsabilidade e ônus, todos datados de no máximo, 01 (um) mês de antecedência do dia previsto para a Inspeção de Saúde.

12.6 Exames de sangue:

- 12.6.1 Hemograma completo;
- 12.6.2 Tipagem sanguínea e fator Rh;
- 12.6.3 Coagulograma completo;
- 12.6.4. Colesterol total e frações;
- 12.6.5 Triglicerídeos;
- 12.6.6 Glicemia de Jejum;
- 12.6.6.1 Glicemia de 2 horas (pós-prandial);
- 12.6.7 Ureia e creatinina;
- 12.6.8 TGO e TGP;
- 12.6.9 Antígeno Prostático Específico – PSA (apenas para candidatos do sexo masculino);
- 12.6.10 Teste de gravidez B-HCG sanguíneo (apenas para candidatas do sexo feminino);
- 12.6.11 Sorologia para sífilis: VDRL;
- 12.6.12 Sorologia para Doença de Chagas (IGG e IGM);
- 12.6.13 Sorologia para hepatite B (HbsAg e Anti-Hbc: IgG e IgM);
- 12.6.14 Sorologia para hepatite C;
- 12.6.15 Sorologia para HIV;

12.7 Sumário de urina;

12.8 Parasitológico de fezes;

12.9 Colpocitologia oncótica (apenas para candidatas do sexo feminino);

Parágrafo único. No caso de impedimento para ser submetida ao Exame de Colpocitologia oncótica, a candidata obrigatoriamente deverá apresentar laudo médico especializado de ginecologista, que afirme a condição de virgem e relate a saúde física após a realização de exame.

12.10 Laudo de exame oftalmológico, com acuidade visual, fundoscopia, tonometria (medida de pressão ocular) e avaliação cromática, devendo constar, no caso de patologia oftalmológica, a receita médica e a prescrição de correção;

12.11 Audiometria com laudo;

12.12 Eletroencefalograma com laudo; e

12.13 Teste ergométrico com laudo.

12.14 Exames de imagem:

12.14.1 Ecocardiograma com Doppler colorido com laudo;

12.14.2 Ressonância Nuclear Magnética dos joelhos (bilateral) com laudo;

12.14.3 Radiografia da coluna, conforme exigências abaixo:

a. radiografia de coluna cervical com laudo e imagem;

b. radiografia da coluna torácica com laudo e imagem;

- c. radiografia da coluna lombar com laudo e imagem; e
- d. radiografias da coluna deverão obrigatoriamente conter a descrição dos ângulos COBBS E FERGUSON em caso de desvios da coluna.
- 12.14.4 Radiografia dos campos pleuropulmonares com laudo;
- 12.14.5 Ultrassonografia mamária com laudo, apenas para candidatas do sexo feminino;
- 12.14.6 Radiografia panorâmica das arcadas dentárias com laudo especializado; e
- 12.14.7 Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA) com laudo;
- 12.15 Exame de Aptidão Psicológica para Manuseio de Armas de Fogo realizado por psicólogos credenciados pela Polícia Federal, com parecer sobre a saúde mental do(a) candidato(a) em atividade que envolve o uso de armamento;
- 12.15.1 A lista das clínicas/psicólogos credenciados pela Polícia Federal pode ser consultada no sitio www.pf.gov.br.
- 12.16 Por ocasião da Inspeção de Saúde (IS) ou Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), poderão ser exigidos exames complementares, caso necessário, mediante justificativa.
- 12.17 São causas de incapacidade, por motivo de saúde, as patologias existentes previstas no Decreto nº 703, de 22 de dezembro de 1992, que altera as Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos nas Forças Armadas (IGISC), aprovadas pelo Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967, e alteradas pelo Decreto nº 63.078, de 5 de agosto de 1968; e no Anexo XI das IRPMASEx, aprovadas pela Portaria- DGP/C Ex Nº 461, de 20 de setembro de 2023.
- 12.18 Ainda será considerado incapaz ao Exame Médico o(a) candidato(a) que apresentar:
- 12.18.1 Para candidatos do sexo masculino: altura inferior a 1,60 m e para candidatas do sexo feminino: altura inferior a 1,55 m;
- 12.18.2 Baixo peso, evidenciado através do rastreio pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) abaixo de 18,5, pela OMS;
- 12.18.3 Obesidade (endógena, secundária ou exógena) conforme critérios abaixo:
- 12.18.3.1 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreio pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30 pela OMS, associada à evidência de adiposidade com distribuição anormal (CA- cintura abdominal- ao final da expiração e em seu maior perímetro entre a última costela e a crista ilíaca superior a 102 cm no homem e 88 cm na mulher e Relação cintura estatura < 0,5, devendo a CA ser menor que metade da estatura);
- 12.18.3.2 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreio pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30 pela OMS, associada a um ou mais fatores de risco cardiológicos e marcadores cardiometabólicos (dislipidemia, evidência de doença arterial aterosclerótica, hipertensão, pré-diabetes ou resistência à insulina, diabetes, síndrome metabóli-

ca, tabagismo, história familiar de DAC precoce, histórico de trombozes, alteração do perfil inflamatório, hipotireoidismo, gordura hepática);

12.18.3.3 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreio pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30 pela OMS, associada a alterações ortopédicas;

12.18.3.4 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreio pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30 pela OMS, associada a Apneia do sono. O risco pode ser predito pela medida da circunferência cervical na altura da cartilagem cricótireoideia, ajustada para fatores de risco: hipertensão (somar 4), roncadador (somar 3), sufocamento ou falta de ar na maioria das noites (somar 3). A circunferência cervical ajustada > 48cm indica alta probabilidade de SAOS;

12.18.3.5 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreio pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30 pela OMS, associada a doença da vesícula biliar;

12.18.3.6 Sendo verificada presença de Obesidade pelo rastreio com IMC, medida da CA e relação cintura-estatura, o perito poderá indicar avaliação complementar com outros exames.

12.18.4 Doenças do Metabolismo e Sistema Endócrino:

12.18.4.1 Diabetes Insipidus;

12.18.4.2 Pré-diabetes ou Resistência à Insulina;

12.18.4.3 Hipertireoidismo;

12.18.4.4 Hipotireoidismo rebelde ao tratamento;

12.18.4.5 Erros Inatos ao Metabolismo;

12.18.4.6 Síndrome Metabólica, conforme critérios da International Federation of Diabetes (IDF): presença de Obesidade caracterizada pela menção da circunferência abdominal > 94 cm no homem e > 80 cm na mulher e mais 2 fatores: pressão sanguínea > ou igual a 130/85mmHg ou se estiver utilizando algum medicamento para reduzir a pressão arterial; Triglicérides > ou igual a 150mg/dl; HDL < 40mg/dl em homens e < 50mg/dl na mulher; Glicemia > ou igual 100 mg/dl ou DM diagnosticada;

12.18.5 Doenças do Sistema Hematopoiético: Hemoglobinopatia, Hemoglobina menor ou igual a 12g/dl, Hemofilia, Púrpura, Anticoagulação e outros Distúrbios da Coagulação Sanguínea;

12.18.6 Doenças Genéticas: qualquer Síndrome Genética;

12.18.7 Doenças Psiquiátricas: Transtornos Depressivos Recorrentes; Transtornos de Adaptação; Transtorno Afetivo Bipolar; Esquizofrenia;

12.18.8 Doenças Neurológicas: Epilepsias em uso de medicação (em vigência de tratamento); Distúrbios da Fala (afasia, disartria, anartria); Paralisia Facial, quando persistente e incompatível com a função militar;

12.18.9 Doenças do Aparelho Visual: Ceratocone; Estrabismo com desvio superior a 10º; Catarata; Glaucoma; Distúrbios de Refração: Miopia Acentuada (acima de 6 graus), Astigmatismo Acentuado (acima de 3 graus), Hipermetropia (acima de 6 graus), Associação entre essas condições;

12.18.10 Doenças do Aparelho Auditivo: Audiometria: audibilidade inferior a 35 dB (decibéis) em um ou ambos os ouvidos, separadamente, nas frequências que variam de 250 a 6000Hz; e

12.18.11 Doenças do Aparelho Circulatório:

12.18.11.1 Hipercolesterolemia Familiar: condição genética caracterizada por níveis muito elevados de LDL-C. Indivíduos adultos com valores de Colesterol Total (CT) ≥ 310 mg/dL;

12.18.11.2 Níveis classificados como alto ou muito alto de CT, LDL-C, TG e Colesterol não-HDL: CT maior ou igual a 240mg/dL e/ou LDL-C maior ou igual a 160mg/dL e/ou TG maior ou igual a 200mg/dL e/ou Colesterol não-HDL maior ou igual a 160mg/dL; e

12.18.11.3 Estratificação de risco cardiovascular intermediário a alto ou muito alto, conforme Escore de Risco Global (ERG) de Framingham, descritos abaixo:

– **Risco Muito Alto:** indivíduos que apresentam doença aterosclerótica significativa ($>50\%$ de obstrução), com ou sem sintomas clínicos, em território: coronário, cerebrovascular ou vascular periférico;

– **Risco Alto:** ERG $>20\%$ em homens ou $> 10\%$ em mulheres ou Aterosclerose subclínica documentada através de exames ou Aneurisma de Aorta abdominal ou Doença Renal Crônica. Ou LDL-c ≥ 190 mg/dL ou Diabetes tipo I ou 2, com LDL-c entre 70 e 189 mg/dL e presença de Estratificadores de Risco (ER*) ou Doença Aterosclerótica Subclínica (DASC**); e

12.18.11.4 Idade ≥ 48 anos no homem e ≥ 54 anos na mulher; tempo de diagnóstico do diabetes > 10 anos; histórico familiar de parente de primeiro grau com DCV prematura (< 55 anos para homem e < 65 anos para mulher); tabagismo (pelo menos um cigarro no último mês); hipertensão arterial sistêmica; síndrome metabólica (SM); presença de albuminúria > 30 mg/g de creatinina e/ou retinopatia; taxa de filtração glomerular < 60 mL/min.

12.18.11.5 Ultrassonografia de carótidas com presença de placa $> 1,5$ mm; ITB $< 0,9$; escore de cálcio coronário > 10 unidades Agatston; presença de placas ateroscleróticas na angiotomografia de coronárias; LDL-c entre 70 e 189 mg/dL, com escore de risco global do sexo masculino $> 20\%$ e $> 10\%$ para o sexo feminino.

– Risco Intermediário: ERG entre 5 e 20% no sexo masculino e entre 5 e 10% no sexo feminino.

Portadores de Diabetes Mellitus (DM) sem critérios de DASC ou a presença dos ER.

12.18.11.6 Embolias; Tromboses; Síndrome Pós Covid;

12.19 Doenças do Aparelho Digestivo: Colelitíase; Doenças de Crohn; Retocolite Ulcerativa; Diverticulite; Hepatopatias Ativas ou Crônicas; Hepatopatias que curse com Provas de Função Hepática alteradas;

12.20 Doenças do Aparelho Gêrito-Urinário: Síndrome Nefrítica Aguda;

12.21 Doenças da Pele: Varizes Extensas; Hanseníase; Doenças desencadeadas ou agravadas pela exposição à luz solar;

12.22 Doenças do Sistema Osteomuscular e Tecido Conjuntivo:

12.22.1 Lesões Osteoarticulares como Condromalácia ou Condropatia que sejam Moderadas ou Graves (de Graus III ou IV) em um ou ambos os joelhos;

12.22.2 Rotura atual ou prévia Completa ou Incompleta de qualquer dos Ligamentos do Joelho ou Estiramento deles;

12.22.3 Presença de Cisto Poplíteo ou cisto de Backer volumoso, roto, comunicante, ou associado a limitação funcional;

12.22.4 Gonartrose;

12.22.5 Rotura Atual ou Prévia, completa ou Incompleta de qualquer dos meniscos;

12.22.6 Meniscose;

12.22.7 Encondroma e Osteocondroma;

12.23 Fibromialgia:

12.23.1 Malformação articular, transtornos funcionais da patela e/ ou estruturas adjacentes;

12.23.2 Discopatia, Protusão Discal; Hipoplasia de Disco; Hérnia de Disco; Degeneração de Estrutura Vertebral qualquer que seja;

12.23.3 Presença de sinais de Artrose; Uncoartrose; Osteofitose; Sinais de Redução do Espaço Discal; Anterolistese; Retrolistese; Deslizamento lateral de vértebra; Espondilólise; Espondilolistese; Anquilose; Malformações ósseas e osteoarticulares;

12.24 Fraturas;

12.25 E quaisquer patologias que sejam consideradas pela perícia médica militar, temporariamente (pós-operatórios, fraturas, doenças agudas, puerpério, entre outras), ou definitivamente, incompatíveis com o Serviço Militar e/ou com o desempenho das funções militares.

12.26 Caso considere necessário, por ocasião da IS, o(a) candidato(a) poderá, espontaneamente, apresentar radiografias/exames/laudos diversos dos listados no item 12.6 e seus subitens e 12,14 e seus subitens, não obtendo nenhum tipo de vantagem em decorrência da referida apresentação e permanecendo obrigado (a) a apresentar todos os exames listados neste Aviso de Convocação.

12.27 O(A) candidato(a) que não apresentar todos os exames médicos complementares exigidos, até a data fixada pela CSE, para a Inspeção de Saúde, será considerado(a) eliminado(a) do processo seletivo. Considera-se “data fixada pela CSE” o dia e a hora que será disponibilizado através do site da Região Militar, em Comunicado e Convocações (chamada para a inspeção de saúde).

12.28 Na ausência das cópias dos exames e cópias dos laudos exigidos para a inspeção de saúde, os originais poderão ficar retidos;

12.29 A existência de tatuagem no corpo do(a) candidato(a) que faça alusão à ideologia terrorista ou extremista (contrária às instituições democráticas); à violência; à criminalidade; à ideia ou a ato libidinoso; à discriminação ou a preconceito de raça, credo, sexo ou origem; ou, ainda, à ideia ou a ato ofensivo às Forças Armadas, configura-se motivo para eliminação do(a) candidato(a) ao Serviço Militar Temporário.

12.30 Mulheres gestantes não podem ser incorporadas ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), devido às atividades militares a serem desenvolvidas, observando-se que:

12.30.1 No caso de novas convocações, dentro do prazo de validade do mesmo certame, a candidata gestante preterida, cessado o impedimento causado pela gravidez, terá seu direito resguardado de adiamento do exame até a última convocação do processo seletivo subsequente.

12.30.2 A candidata preterida no processo seletivo ao qual se inscreveu, pode retornar ao processo seletivo imediatamente subsequente, desde que cessada a condição impeditiva à sua incorporação. Para isso:

12.30.2.1 Deve-se inscrever no processo seletivo imediatamente posterior, para a mesma área e mesma guarnição postulada anteriormente, o que caracteriza sua intenção de retornar ao processo de seleção, não lhe sendo exigido o pagamento de nova taxa de inscrição, caso cobrada, e nem submissão à nova avaliação curricular/teste de conhecimentos; e

12.30.2.2 A candidata concorrerá em igual condição aos demais candidatos do processo seletivo subsequente, sendo obrigatória a realização de IS, observados todos os requisitos para incorporação.

12.31 Os candidatos(as) do serviço ativo do Exército Brasileiro concorrerão em igualdade de condições com os demais participantes do processo seletivo. A realização da IS é obrigatória, não

sendo a Ata de Inspeção de Saúde considerada para este fim. Os militares do serviço ativo devem apresentar os exames exigidos na Etapa III, conforme os demais candidatos.

12.32 O(A) candidato(a) será considerado desistente e eliminado da seleção se, mesmo por motivo de força maior:

12.32.1 Faltar à Inspeção de Saúde (IS) ou à Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR);

12.32.2 Deixar de apresentar parte e/ou os laudos e exames médicos complementares exigidos, até a data fixada pela CSE, para a Inspeção de Saúde (IS) ou para a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR); ou

12.32.3 Não concluir a Inspeção de Saúde (IS) ou a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR).

12.33 A Inspeção de Saúde possui caráter eliminatório.

12.34 O(A) candidato(a), antes da sua incorporação, no período destinado às medidas administrativas será submetido a uma entrevista e uma visita médica na organização militar da primeira fase do respectivo estágio. No caso de detecção de alguma alteração clínica que comprometa a incorporação, o(a) candidato(a) poderá ser encaminhado (a) para Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, por solicitação da Administração Militar, visando à ratificação ou retificação do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 Após cada etapa do processo seletivo, serão divulgados no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br, o resultado, a pontuação e a classificação dos(as) candidatos(as). Os(As) candidatos(as) poderão interpor recursos administrativos, num prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte à divulgação do resultado.

13.2 Os recursos administrativos interpostos deverão ser apresentados em duas vias e preenchidos de acordo com o Anexo K.

13.3 Os recursos deverão conter:

13.3.1 nome completo e o “código do(a) candidato(a)” (constante da ficha de inscrição);

13.3.2 endereço;

13.3.3 número do CPF;

13.3.4 objeto do recurso; e

13.3.5 exposição fundamentada a respeito dos problemas verificados.

13.4 Os recursos deverão ser:

13.4.1 endereçados ao Comandante da 11ª Região Militar; e

13.4.2 entregues pessoalmente, ou por procurador legalmente constituído para este fim, no seguinte endereço relacionado:

Guarnição	Organização Militar (OM)	Endereço	Local e Horário
Brasília – DF	Comando da 11ª Região Militar	Avenida do Exército, S/N, QG do Comando Militar do Planalto/11ªRM, Setor Militar Urbano (SMU) – Brasília DF	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h00min e das 13h às 16h20 e na 6ª feira, das 08h às 11h30)
Cristalina – GO	Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada	Rua Visconde Mauá, Centro, Cristalina - GO No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)	Rua Visconde Mauá, Centro, Cristalina - GO No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Jataí – GO	41º Batalhão de Infantaria Motorizada	Vila Olavo, S/N	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9 h às 11h30min e das 13 h às 16h45min e nas 6ª feira, das 08 h às 11h45min)
Araguari – MG	2º Batalhão Ferroviário	Rua Professora Lourdes Naves, nº750, Bairro Santo Antônio – Araguari MG	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Uberlândia – MG	36º Batalhão de Infantaria Motorizada	Avenida Aspirante Mega, nº 731, Bairro Jaraguá. Uberlândia (MG)	Protocolo-Geral (2ª a 5ª das 9h às 11h e das 13h às 16h e na 6ª das 08h às 11h45min).

13.5 O horário de funcionamento dos protocolos é o mesmo constante da tabela acima.

13.6 No caso de recursos, quanto ao resultado da Inspeção de Saúde:

(Avs Convç SvTT Nº 13-SSMR/11, de 08 JULHO 24 – Seleção de MFDV 2024/2025..... Pag 39/68)

13.6.1 O(A) candidato(a) julgado(a) incapaz na Inspeção de Saúde (IS) poderá, a seu critério, requerer Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), num prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte à divulgação do resultado da inspeção, no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br. Destaque-se que essa solicitação será analisada pela área médica, podendo ser deferida ou indeferida. A JISRec realizará nova perícia médica, autônoma, que poderá ratificar ou retificar o parecer previamente emitido, ou apontar outros motivos de incapacidade.

13.6.2 O(A) candidato(a) deverá, obrigatoriamente, fundamentar o seu pedido por exposição de motivos e pela apresentação de documentação (laudos, exames, pareceres, etc), que justifique sua discordância quanto ao resultado da Inspeção de Saúde.

13.6.3 O(a) candidato(a) deverá apresentar-se na Junta de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (JISR), que funcionará na cidade de Brasília (DF), em data a ser marcada, oportunamente, a fim de ser realizada nova inspeção de saúde.

13.6.4 Toda a documentação (laudos, exames, pareceres etc.) apresentada à JISR, no momento da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, deverá conter o documento original e uma cópia.

13.6.5 O(A) candidato(a) também deverá portar todos os exames/laudos apresentados por ocasião da IS.

13.7 Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo ou que não contenham os elementos indicados no presente item deste Aviso.

13.8 Não serão aceitos recursos por via postal, fax ou pela internet.

13.9 O(a) candidato(a), no período destinado à interposição de recursos, previsto no item 13 e seus subitens, terá acesso à sua Ficha de Avaliação, para verificar/questionar/contrapor a Validação da Avaliação Curricular e a Inspeção de Saúde.

13.10 A consulta descrita, no item acima, poderá ser realizada através do sítio www.11rm.eb.mil.br.

13.11 É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) realizar o acompanhamento das informações inseridas na Ficha de Avaliação.

13.12 O resultado dos eventuais Recursos Administrativos será publicado no site www.11rm.eb.mil.br, de acordo com o previsto no Anexo A.

14. DAS CAUSAS DE ELIMINAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A)

14.1 O(a) candidato(a) será eliminado(a) da seleção se não atender às prescrições deste Aviso de Convocação e mesmo por motivo de força maior:

14.1.1 não pagar a taxa de inscrição no prazo previsto, se dela não estiver isento(a);

14.1.2 não possuir currículo disponível na Plataforma *Lattes*; e

14.1.3 atrasar-se ou faltar a qualquer das atividades/chamamentos previstos no processo seletivo e disponibilizadas no sítio da 11ª Região Militar: www.11rm.eb.mil.br.

14.2 Caberá ao(à) candidato(a) a responsabilidade de acompanhar os avisos/esclarecimentos/chamamentos/publicações disponibilizados no sítio da 11ª Região Militar até o encerramento do referido processo seletivo;

14.3 não apresentar os laudos dos exames, no todo ou em parte, por ocasião da Inspeção de Saúde e/ou da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso;

14.4 não concluir a Inspeção de Saúde ou a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso;

14.5 agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação das provas e testes;

14.6 utilizar ou tentar utilizar meios não permitidos, fraudulentos ou ilegais, para obter aprovação própria ou de terceiros, em quaisquer etapas do processo seletivo;

14.7 praticar ou tentar praticar ato que provoque distúrbio ou prejuízo ao bom andamento do presente processo seletivo;

14.8 for responsável por falsa identificação pessoal;

14.9 não comprovar, no ato da entrega dos currículos, o registro/regularidade no respectivo conselho ou ordem de profissionais, quando candidato(a) a cargo que exige qualificação profissional regulamentada por Lei, quando existir; e

14.10 o(a) candidato(a) que faltar ao EAS, não vier a completá-lo, ou chegar após o início da primeira tarefa do dia, mesmo que por motivo de força maior, é considerado desistente e eliminado da seleção.

14.11 Não apresentar o parecer favorável assinado pelo Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar (OM), não sendo aceito documento assinado por outra autoridade.

14.12 Ter sido licenciado(a), conforme prescrevem os incisos II, III e IV do artigo 180 da Portaria nº 407 – DGP, de 25 de julho de 2022 – Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário (EB30-N-30.009).

14.13 Com o propósito de verificar se o(a) candidato(a) preenche os requisitos de idoneidade moral e de bons antecedentes de conduta para o ingresso no Exército Brasileiro, poderá ser feita uma verificação biográfica, por meio de consultas às Secretarias de Segurança Pública estaduais, às Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal, entre outros órgãos.

14.14 A verificação biográfica poderá ser realizada ao final de cada etapa do processo seletivo.

14.15 Se, durante a verificação biográfica, for constatado que o(a) candidato(a) não preenche os requisitos de idoneidade moral e bons antecedentes de conduta, este(a) será eliminado(a) do processo seletivo.

14.16 Cabe ressaltar que, durante todo o processo seletivo, o(a) candidato(a) poderá ser eliminado, se não atender aos requisitos de idoneidade moral e boa conduta.

14.17 O(A) candidato(a) que apresentar documento falso, inidôneo ou firmar declaração falsa no âmbito deste processo seletivo, terá sua inscrição e todos os atos dela decorrentes anulados e estará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos termos do artigo 3º, parágrafo 2º da Lei nº 13.726, de 2018.

14.18 A falta da documentação relacionada nos subitens 10.11.1, 10.11.2 (se for o caso), 10.11.3, 10.11.5, 10.11.6, 10.11.7, 10.11.8, 10.11.8.1, 10.11.9, (apenas para candidata do segmento feminino), 10.11.10, 10.11.11 (apenas para candidatos(as) militares da ativa), 10.11.12, 10.11.13, 10.11.14, 10.11.15, 10.11.16, 10.11.17, 10.11.18, 10.11.19 (se for o caso), 10.11.20, 10.11.22 (candidatos(as) que já serviram como oficiais), 10.11.23 (candidatos(as) que já serviram como oficiais temporários), 10.11.24 (se for o caso), 10.11.25 (se for o caso), 10.11.26, 10.11.27 (se for o caso), 10.11.28 (quando houver), 10.11.29, 10.11.30 (quando exigido no Anexo M), 10.11.31 (se for o caso), 10.11.36 (se for o caso) e 10.11.36.3 (se for o caso) implicará a eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 O(A) candidato(a) deverá assinar a lista de presença, na qual deverá constar data, hora e identificação do militar responsável pelo atendimento, em todas as etapas do processo seletivo, de acordo com a assinatura constante do seu documento de identificação oficial com foto, sendo vedada apenas a rubrica.

15.2 A divulgação oficial a respeito de datas, locais e horários de realização das etapas deste processo seletivo dar-se-á exclusivamente no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br.

15.3 Para outras informações relevantes que porventura não constem neste Aviso, o(a) candidato(a) deverá enviar solicitação para o e-mail faleconoscoescpes@11rm.eb.mil.br, informando, obrigatoriamente, os seguintes dados, sob pena de não ter a solicitação atendida:

15.3.1 nome completo;

15.3.2 número do CPF;

15.3.3 número de inscrição do(a) candidato(a) no processo seletivo (obrigatório apenas para os inscritos que já tenham realizado inscrição);

15.3.4 graduação e pós-graduação, se exigida(s), para a(s) qual(quais) está inscrito(a) ou pretende se inscrever, conforme consta no Anexo M deste Aviso e na própria Ficha de Inscrição Eletrônica;

15.3.5 O item ou subitem do Aviso de Convocação, objeto da solicitação de informação.

15.3.6 Não serão atendidas solicitações por intermédio de ligações telefônicas ou qualquer outro meio que não seja o e-mail faleconoscoescpes@11rm.eb.mil.br.

15.3.7 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum documento em forma de recurso administrativo e/ou requerimento, **fora do prazo**, dos comunicados e/ou avisos publicados no site da 11ª Região Militar (www.11rm.eb.mil.br), estes não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, **a fim de não ferir o Princípio da Isonomia**, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

15.4 O Serviço Temporário prestado sob a forma do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) e as prorrogações de tempo de serviço subsequentes não poderão ser cumulativos com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que da administração pública indireta, exceto nos casos previstos na Constituição Federal de 1988.

15.5 O Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) inicia na data de incorporação constante do Anexo A e será realizado nas seguintes condições:

15.5.1 **1ª fase** - destinada à absorção de conhecimentos militares relativos à Instrução Individual Básica, com duração média de 45 (quarenta e cinco) dias, em organização militar do Exército Brasileiro, a ser designada em data oportuna; e

15.5.2 **2ª fase** - destinada à aplicação de conhecimentos técnico-profissionais, a ser realizada nas organizações militares para as quais os estagiários tenham sido convocados.

15.6 Em razão da natureza militar da atividade a ser desempenhada pelos convocados e da consequente necessidade de capacidade física compatível, não serão reservadas vagas aos portadores de necessidades especiais, conforme o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

15.7 O(A) militar temporário(a) do Exército poderá participar do processo seletivo. Para isso, deverá realizar a inscrição e, caso seja classificado(a) em todas as fases e venha a ser convocado(a) para incorporação, deverá aguardar o licenciamento *ex officio*, de acordo com a Portaria nº 407-DGP, de 25 de julho de 2022.

15.8 No caso de militares temporários, havendo ou não ascensão hierárquica, a incorporação deverá ocorrer no 1º dia do estágio.

15.9 Os(As) candidatos(as) servidores(as) ou empregados(as) públicos(as) de qualquer dos entes da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional deverão se desligar dos respectivos órgãos antes da data da Incorporação, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.

15.10 Não fica assegurado aos militares incorporados o retorno ao emprego anterior quando do seu licenciamento, haja vista a voluntariedade da prestação do Serviço Técnico Temporário.

15.11 Os MFDV são militares cuja permanência é transitória, portanto não podem adquirir estabilidade.

15.12 Os MFDV estão sujeitos, no que for aplicável, a todas as leis e regulamentos militares.

15.13 Salvo em caso de desistência, os(as) candidatos(as) que não forem convocados para os Estágio de Adaptação e Serviço, poderão retirar a documentação apresentada, por ocasião da avaliação curricular, no período previsto no Anexo A. Após essa data, os currículos que não foram retirados serão destruídos.

15.14 O(A) candidato(a) que retirar a documentação citada acima antes da data prevista no Anexo A será excluído da seleção e no caso de novas convocações, em caráter extraordinário, por decisão do Comando da 11ª Região Militar, não poderá retornar ao processo seletivo.

15.15 A seleção para os Estágios de Adaptação e Serviço poderá ser revogada a qualquer momento, por conveniência administrativa.

15.16 Quaisquer irregularidades nos documentos apresentados eliminarão o(a) candidato(a) do processo seletivo. Se identificadas posteriormente à incorporação, acarretarão a anulação desta (a). Assim, sendo verificada a irregularidade, os efeitos da inabilitação retroagirão à inscrição do(a) candidato(a) e este(a) não fará jus a nenhum tipo de reparação. Os responsáveis pela irregularidade estarão sujeitos, ainda, às sanções administrativas, cíveis e penais.

15.17 Poderão ocorrer auditorias para corrigir erros ou sanar irregularidades observadas, de maneira extemporânea.

15.18 Poderão ser solicitados documentos extras, reapresentação de originais ou remessa de documentos digitais para dirimir dúvidas sobre o currículo apresentado pelo candidato.

15.19 O prazo de validade deste processo seletivo será até a data imediatamente anterior ao início das inscrições do próximo certame.

15.20 A candidata gestante deverá apresentar, no protocolo da 11ªRM, declaração de próprio punho informando o estado de gravidez, bem como exames que comprovem o período gestacional.

15.21 O(a) candidato(a) assume total responsabilidade da leitura integral e do conhecimento pleno deste Aviso de Convocação, bem como do acompanhamento das publicações dos resultados e dos comunicados divulgados no sítio: www.11rm.eb.mil.br.

15.22 Para fins de concessão do Adicional de Habilitação, faz-se necessário obedecer às regras previstas na Portaria nº 086/GM-MD, de 22 de setembro de 2020, e na Portaria – C Ex nº 1.443, de 7 de janeiro de 2021.

15.23 Os cursos do sistema de ensino civil não darão direito ao adicional de habilitação, nos moldes da Portaria – C Ex nº 1.443, de 7 de janeiro de 2021.

15.23.1 A despesa decorrente do pagamento do adicional de habilitação aos militares das Forças Armadas para o período do Plano Plurianual deverá obedecer aos limites anuais estabelecidos em ato da Secretária-Geral do Ministério da Defesa.

15.23.2 O monitoramento dos limites caberão ao EME, em coordenação com a SEF.

15.23.3 Os militares temporários realizarão apenas o curso de formação e estágios equivalentes.

15.23.4 Excepcionalmente, devidamente fundamentado e, por ordem da autoridade competente, os oficiais e sargentos temporários poderão realizar cursos de especialização que sejam vinculados ao seu posto, quadro e cargo ou função para o qual foram convocados e, somente após a conclusão com aproveitamento, farão jus ao adicional de habilitação equivalente à titulação obtida.

15.24 Em caso de necessidade do serviço, para preencher cargos previstos deficitários, o Cadastro Reserva da 11ª Região Militar poderá ser disponibilizado a outras Regiões Militares.

15.24.1 Em caso de contratação por meio de Cadastro Reserva, conforme previsto no item anterior, o deslocamento do(a) candidato às outras Regiões Militares ocorrerá às suas expensas.

15.24.2 O chamamento para servir em Região Militar diversa da 11ª Região Militar obedecerá o critério de classificação de pontuação geral da área, independente da guarnição.

15.24.3 Caso o(a) candidato(a) de maior pontuação na área não seja voluntário, será chamado o (a) subsequente, obedecendo à ordem classificatória de pontuação.

15.24.4 O chamamento previsto no subitem 15.24.2 ocorrerá por meio de publicação no sítio eletrônico da 11ª Região Militar: www.11rm.eb.mil.br.

15.25 Em caso de não preenchimento das vagas previstas neste Aviso de Convocação na Incorporação que ocorrerá em 03 de fevereiro de 2025, será publicado, no sítio da 11ª Região Militar: www.11rm.eb.mil.br, novo cronograma de atividades, com vistas ao preenchimento total das vagas.

15.26 Os(As) candidatos(as) não incorporados(as) em 03 de fevereiro de 2025 poderão ser convocados(as) à incorporação até 1º de julho de 2025.

15.27 A convocação à incorporação, por meio de Cadastro Reserva, no ano de 2025, estará sujeita às seguintes condições: abertura de vagas, limite orçamentário do Exército Brasileiro e interesse da Administração Pública.

15.28 É vedado aos(às) candidatos(as) vestir ou usar qualquer elemento de propaganda eleitoral nas dependências militares, bem como realizar qualquer tipo de manifestação política, utilizar bandeiras, adesivos, inclusive nos veículos, distribuir de material de propaganda eleitoral nas datas previstas para a entrega dos currículos, Inspeção de Saúde e Inspeção de Saúde em Grau de Recurso.

15.29 Os casos omissos serão analisados pelo Comandante da 11ª Região Militar e resolvidos com base nas legislações vigentes.

Gen Bda AGNALDO OLIVEIRA SANTOS

Comandante da 11ª Região Militar

RELAÇÃO DE ANEXOS:

ANEXO A – CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO COM COMPROMISSO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO POR UM PERÍODO MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES

ANEXO C – DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO JUNTO ÀS FORÇAS ARMADAS ANTERIOR À INCORPORAÇÃO

ANEXO D – DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

ANEXO E – DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

ANEXO F – DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

ANEXO G – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO IMPEDIMENTO PARA COMERCIALIZAR OU TOMAR PARTE NA ADMINISTRAÇÃO OU GERÊNCIA DE SOCIEDADE PRIVADA, DE SER SÓCIO OU PARTICIPAR

ANEXO H – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ

ANEXO I – PARECER FAVORÁVEL DO COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DA OM EM QUE SERVE PARA PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO

ANEXO J – REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

ANEXO K – FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

ANEXO L – PONTUAÇÃO GERAL DAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE

ANEXO M – ÁREAS DE ATUAÇÃO E HABILITAÇÕES TÉCNICAS DE INTERESSE DO EXÉRCITO

ANEXO N - LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

ANEXO A
CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES

ETAPA I		
DATA	EVENTO	OBSERVAÇÃO
1.	8 de Julho de 2024	Divulgação do Processo Seletivo Veiculação na internet www.11rm.eb.mil.br e na Rádio Verde-Oliva
2.	11 a 23 de Julho de 2024	Período de Inscrição Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
3.	11, 12 e 15 de Julho de 2024	Período para entrada com pedido de isenção da taxa de inscrição Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
4.	17 de Julho de 2024	Resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
5.	18,19 e 22 de Julho de 2024	Período para interposição de recurso para o candidato que teve o seu requerimento de isenção da taxa de inscrição indeferido Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
6.	23 de Julho de 2024	Divulgação do resultado dos recursos referentes aos pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
7.	25 de Julho de 2024	Limite para pagamento da Taxa de Inscrição, inclusive para os candidatos que tiveram o Nas agências do Banco do Brasil, via GRU gerada pelo sistema

		pedido de isenção de taxa de inscrição indeferido	
8.	1º de Agosto de 2024	Divulgação das inscrições homologadas	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
9.	2,5 e 6 de Agosto de 2024	Período para interposição de recurso referente a inscrição não homologada	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
10.	7 de Agosto de 2024	Divulgação do resultado da análise dos Recursos referentes às Inscrições não homologadas	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
ETAPA II			
11.	12 de Agosto de 2024	Chamada para Validação da Avaliação Curricular	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
12.	19 de Agosto a 18 de Setembro de 2024	Período de apresentação da documentação para validação curricular pelos candidatos chamados para a Etapa II Obs.: outros candidatos poderão ser eventualmente chamados, caso não haja número suficiente de candidatos com currículos validados dentre os chamados nesta Etapa	O candidato deverá entregar pessoalmente, ou por intermédio de procurador legal, munido de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste certame, os documentos já relacionados no presente aviso de convocação em data, hora e local constantes da chamada para entrega de currículos a ser divulgada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br
13.	9 de Outubro de 2024	Divulgação do resultado da Validação da Avaliação	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br

		Curricular	
14.	10, 11 e 14 de Outubro de 2024	Entrada com pedido de Recurso da Validação da Avaliação Curricular	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
15.	22 de Outubro de 2024	Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso da Validação Curricular	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
ETAPA III			
16	23 de Outubro de 2024	Chamada para a Inspeção de Saúde (IS)	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
17.	14 a 27 de Novembro de 2024	Período de apresentação dos candidatos selecionados para Inspeção de Saúde (IS)	O candidato deverá comparecer pessoalmente, em data, hora e local constantes da chamada para IS divulgada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br , portando os exames e laudos relacionados previstos no Aviso de Convocação, todos datados de no máximo 01 (um) mês de antecedência do dia previsto para a IS; Comparecer ao local da IS, trajando roupa de banho por baixo (sungá ou biquíni), a fim de permitir a adequada inspeção de saúde.
18.	28 de Novembro de 2024	Divulgação do resultado da IS	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
19.	29 de Novembro, 2 e 3 de Dezembro de 2024	Prazo para entrada de Recursos e de pedidos de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR)	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para a qual o candidato está concorrendo, nas

			organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
20.	6 de Dezembro de 2024	Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso; e Chamada para a ISGR	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
21.	16 a 18 de Dezembro de 2024	Realização da ISGR	Na JISR
22.	19 de Dezembro de 2024	Resultado da ISGR	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
ETAPA IV			
23.	20 de Janeiro de 2025	Convocação à Incorporação	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
24.	27 a 31 de Janeiro de 2025	Medidas administrativas O candidato militar ficará à disposição da OM formadora no turno matutino e à disposição da OM de origem, no turno vespertino.	Na OM responsável pela 1ª Fase do EAS
25.	3 de Fevereiro de 2025	INCORPORAÇÃO E INÍCIO DA 1ª FASE DO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO E SERVIÇO (EAS),	Na OM responsável pela 1ª Fase do EAS
26.	1º a 29 de Agosto de 2025	Prazo para os candidatos que não forem convocados retirarem os documentos entregues para a seleção	Na Seção do Serviço Militar Regional (SSMR/11)

ANEXO B
DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO E COMPROMISSO PARA
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO POR UM PERÍODO
MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES

Ao Sr Comandante da 11ª Região Militar

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos _____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____,

residindo na cidade de _____ - _____, declaro que sou voluntário(a) para o Estágio de Adaptação e Serviço, pelo período de um ano, inicialmente na condição de Aspirante a Oficial, podendo alcançar o posto de 2º Tenente, caso cumpra os critérios previstos em legislação específica e sujeitando-me, se for aceito(a), a todos os deveres e obrigações militares previstos na legislação em vigor, e conhecedor(a) de que poderei obter, dependendo da existência de vaga, do interesse do Exército, do meu desempenho profissional e de minha aptidão física, prorrogações anuais, não ultrapassando o período de noventa e seis meses, contado para isso, todo o tempo que tenho de serviço público ou atingir o limite etário de 45 (quarenta e cinco) anos.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos Arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

3. No caso de ser convocado(a), aceito servir em qualquer organização militar sediada na cidade de _____.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO C

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO JUNTO ÀS FORÇAS ARMADAS ANTERIOR À INCORPORAÇÃO

1. Eu, _____ (nome completo),
Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês
de _____ de _____, filho(a) de _____ e de
_____, declaro, sob as penas da lei, para fim de
comprovação junto à 11ª Região Militar, que, até esta data, possuo _____ anos, _____ meses
e _____ dias de tempo de serviço prestado junto às Forças Armadas, anterior à minha
incorporação, que possa ser averbado na contagem total de meu tempo de serviço.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verdadeiras as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO D
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ___ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, como(a) candidato(a) no processo de seleção para o Estágio _____, na área da 11ª Região Militar, residir no endereço _____, cidade _____, UF _____, CEP _____, conforme comprovante juntado a esta declaração.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO E

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Eu, _____, residente na _____, possuidor da cédula de Identidade nº _____, declaro, sob as penas da Lei, para fins da administração militar, estar ciente dos artigos 311, 312 e 315 do Código Penal Militar, Decreto - Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, e sob minha e total responsabilidade, de que todos os documentos apresentados, para efeito deste Aviso de Convocação, são autênticos.

_____ - _____, ____/____/_____
Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.

Artigo 311 – Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou serviço militar – Pena sendo documento público, reclusão de dois a seis anos; sendo documento particular pena de até cinco anos, podendo ser agravada.

Artigo 312 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou adversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar – Pena reclusão, até cinco anos se o documento é público; até três anos se o documento é particular.

Artigo 315 – Fazer uso de qualquer dos documentos falsificados ou alterados por outrem, a que se referem os artigos anteriores – Pena cominada à falsificação ou a alteração.

ANEXO F

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei, para fim de comprovação junto à 11ª Região Militar, que não estarei, na data prevista para a minha incorporação ao Exército, caso esta ocorra, investido(a) em cargo público, seja ele da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos poderes da união, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios ou dos Municípios, ressalvado cargo ou emprego privativo de profissional de saúde, dentro do limite previsto na alínea c) do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

2. Tenho plena ciência de que, caso, após incorporado(a) ao Exército Brasileiro, venha a exercer qualquer função pública acima especificada, simultaneamente à que ora pleiteio, em desacordo com o previsto na alínea c) do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, serei licenciado(a) imediatamente das fileiras do Exército, por ferir o disposto no artigo 142, § 3º, inciso II da Constituição Federal.

3. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO G

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO IMPEDIMENTO PARA COMERCIALIZAR OU TOMAR PARTE NA ADMINISTRAÇÃO OU GERÊNCIA DE SOCIEDADE PRIVADA, DELA SER SÓCIO OU PARTICIPAR

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, estou ciente de que, após ser incorporado às fileiras do Exército, estou impedido de comercializar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, por força do previsto no artigo 29 do Estatuto dos Militares, [Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980](#).

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO H

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ

Eu, _____ (nome completo),
Idt nº _____, CPF nº _____, nascida aos ____ dias do mês de _____
de _____, filha de _____ e de _____,
declaro, para efeito do processo
de seleção ao Estágio _____, que fui alertada e tomei ciência de
que:

- a. o estado de gravidez não impossibilita a minha participação nesse processo, entretanto impede a incorporação para o estágio acima, em virtude dos riscos decorrentes do exame de aptidão física e das atividades militares a serem desenvolvidas, posteriormente, na prestação do Serviço Militar Temporário; e
- b. sou responsável por comunicar, o mais rápido possível, e por escrito, o meu estado de gravidez à autoridade militar competente.

_____ - ____ , ____ / ____ / ____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura da declarante)

Nome completo da declarante

ANEXO I

PARECER FAVORÁVEL DO COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DA OM EM QUE SERVE PARA PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO

1. Declaro, junto ao Comando da 11ª Região Militar, que o(a) _____
(posto/graduação) _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos _____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, ocupa o cargo de _____ e não possui em seus assentamentos nada que desabone a sua conduta militar e que, por isso, possui parecer favorável deste Comando para participação no processo de seleção/20__ ao Estágio _____.

2. Em caso de incorporação, este (a) militar, prioritariamente, não deve retornar para servir nesta Organização Militar. Caso seja autorizado pelo Comando da 11ª Região Militar, em caráter excepcional, o seu retorno, o(a) militar não poderá voltar a ocupar a mesma carteira, nem desempenhar as mesmas atividades técnico-científicas que desempenhava no posto anterior.

3. Na semana que antecede à incorporação, este(a) militar cumprirá medidas administrativas na OM formadora, no turno matutino, e, nesta organização militar, no turno vespertino.

4. Insta ressaltar ainda que, devido à incompatibilidade de datas entre o resultado do edital e a convocação de outro militar, a vaga aberta em decorrência da incorporação deste(a) militar em posto superior somente será recompletada por meio do processo seletivo do ano seguinte.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do Cmt/Ch/Dir OM)

Nome e posto do Cmt/Ch/Dir OM

(e Carimbo da OM)

ANEXO J

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Exmo Sr Comandante da 11ª Região Militar

OBJETO: isenção da taxa de inscrição

Sr Comandante,

1. Eu _____, filho de _____ e _____, nascido na cidade de _____, em _____ (por extenso), identidade nº _____, expedida pelo _____, vem requerer a V. Exa, isenção da taxa de inscrição do processo seletivo para o Serviço Técnico Temporário no ano de 20____.

2. Declaro, sob as penas da lei, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

3. No caso de ser convocado(a), aceito servir em qualquer organização militar sediada na cidade de _____.

_____ - ____ , ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO L**PONTUAÇÃO GERAL DAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE**

**Habilitação mínima exigida: Diploma de Curso Superior
(Quando exigido no Anexo "M", é obrigatório possuir pós-graduação)**

Títulos/Diplomas/Cursos e exercício da atividade profissional

1. Títulos	Pontuação Atribuída
a. Doutor. Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> (no máximo 1 título de Doutor)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior	6,0
b. Mestre. Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> (no máximo 1 título de Mestre)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior	4,0
c. Residência Médica (no máximo 1 título)	
Certificado emitido por Instituição de Ensino Superior	2,0
c. Especialização (mínimo de 360 horas). Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> (no máximo 1 título de Especializações realizadas em instituição de ensino cadastrado no e- MEC E-mec).	
Certificado emitido por Instituição de Ensino Superior	2,0
d. Graduação em curso de Nível Superior na área para a qual o(a) candidato(a) está se inscrevendo (no máximo 1 Diploma).	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior	3,0
2. Cursos (que tenham relação direta com a Graduação) (Para se atingir a carga horária mínima exigida, não será possível o acúmulo de pontuação com outros certificados/diplomas).	
a. Cursos de aperfeiçoamento (cursos com carga horária de, no mínimo, 120 horas (máximo de 1 curso)	0,5 ponto por diploma
3. Exercício da atividade profissional e atividade de ensino no meio militar, como militar	
O cálculo será feito por dia trabalhado, utilizando-se 3 (três) casas decimais.	0,007 ponto/dia trabalhado
4. Exercício da atividade profissional e atividade de ensino no meio civil como generalista	
O cálculo será feito por dia trabalhado, utilizando-se 3 (três) casas decimais.	0,006 ponto/dia trabalhado

5. Exercício da atividade profissional e atividade de ensino no meio civil como especialista

O cálculo será feito por dia trabalhado, utilizando-se 3 (três) casas decimais.

0,007 ponto/dia trabalhado

ANEXO M**ÁREAS DE ATUAÇÃO E HABILITAÇÕES TÉCNICAS DE INTERESSE DO EXÉRCITO**

Para o Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), poderão cadastrar-se militares temporários da ativa e reservistas de 1ª e 2ª categorias, desde que não haja regressão hierárquica, cidadãos dispensados de prestar o Serviço Militar Inicial (possuidores de Certificado de Dispensa de Incorporação – CDI) e mulheres, todos(as) voluntários(as), com curso superior nas áreas abaixo descritas:

GUARNIÇÃO	ESPECIALIDADE	CURSO DE NÍVEL SUPERIOR OBRIGATÓRIO	PÓS-GRADUAÇÃO OBRIGATÓRIA	Nº DE VAGAS + CADASTRO RESERVA
Brasília-DF	Medicina – Anatomia Patológica	Bacharel em Medicina	Anatomia Patológica	1 + CR
	Medicina – Cirurgia de Cabeça e Pescoço	Bacharel em Medicina	Cirurgia de Cabeça e Pescoço	1 + CR
	Medicina – Clínica Médica	Bacharel em Medicina	Clínica Médica	1 + CR
	Medicina – Hematologia	Bacharel em Medicina	Hematologia	1 + CR
	Medicina – Medicina Intensiva	Bacharel em Medicina	Medicina Intensiva	1 + CR
	Medicina – Patologia	Bacharel em Medicina	Patologia	1 + CR
	Medicina - Ortopedia	Bacharel em Medicina	Ortopedia	1 + CR
	Medicina – Radiologia	Bacharel em Medicina	Radiologia	1 + CR
	Medicina – Geriatria	Bacharel em Medicina	Geriatria	1 + CR
	Medicina – Cirurgia Geral	Bacharel em Medicina	Cirurgia Geral	1 + CR
	Medicina – Oftalmologia	Bacharel em Medicina	Oftalmologia	1 + CR
	Medicina – Urologia	Bacharel em Medicina	Urologia	1 + CR
	Medicina – Gastroenterologia	Bacharel em Medicina	Gastroenterologia	1 + CR

Medicina – Anestesiologia	Bacharel em Medicina	Anestesiologia	1 + CR
Medicina – Endocrinologia	Bacharel em Medicina	Endocrinologia	1 + CR
Medicina – Neurologia	Bacharel em Medicina	Neurologia	1 + CR
Medicina – Nefrologista	Bacharel em Medicina	Nefrologista	1 + CR
Medicina – Infectologista	Bacharel em Medicina	Infectologista	1 + CR
Medicina – Neurocirurgia	Bacharel em Medicina	Neurocirurgia	1 + CR
Medicina – Cirurgia Oncológica	Bacharel em Medicina	Cirurgia Oncológica	1 + CR
Medicina – Cirurgia Plástica	Bacharel em Medicina	Cirurgia Plástica	1 + CR
Medicina – Reumatologia	Bacharel em Medicina	Reumatologia	1 + CR
Medicina – Alergo-Imunologia	Bacharel em Medicina	Alergo-Imunologia	1 + CR
Medicina – Cardiologia	Bacharel em Medicina	Cardiologia	1 + CR
Medicina – Psiquiatria	Bacharel em Medicina	Psiquiatria	1 + CR
Medicina – Cirurgia Vascular	Bacharel em Medicina	Cirurgia Vascular	1 + CR
Medicina – Otorrinolaringologista	Bacharel em Medicina	Otorrinolaringologista	1 + CR
Medicina – Oncologia Clínica	Bacharel em Medicina	Oncologia Clínica	1 + CR
Farmácia – Clínica	Bacharel em Farmácia	Farmácia Clínica	1 + CR
Farmácia – Análise Clínica	Bacharel em Farmácia	Análise Clínica	1 + CR
Farmácia – Oncologia	Bacharel em Farmácia	Oncologia	1 + CR
Farmácia – Hematologia	Bacharel em Farmácia	Hematologia	1 + CR
Farmácia – Microbiologia	Bacharel em Farmácia	Microbiologia	1 + CR
Odontologia	Bacharel em	-	1 + CR

		Odontologia		
	Odontologia – Prótese	Bacharel em Odontologia	Prótese	1 + CR
	Odontologia – Implantodontia	Bacharel em Odontologia	Implantodontia	1 + CR
	Odontologia - Buco Maxilo Facial	Bacharel em Odontologia	Buco Maxilo Facial	1 + CR
	Veterinária	Bacharel em Medicina Veterinária	-	1 + CR
Araguari-MG	Farmácia – Análise Clínica	Bacharel em Farmácia	Análise Clínica	1 + CR
Cristalina-GO	Farmácia	Bacharel em Farmácia	-	1 + CR
	Odontologia – Endodontia	Bacharel em Odontologia	Endodontia	1 + CR
Uberlândia-MG	Odontologia – Endodontia	Bacharel em Odontologia	Endodontia	1 + CR
Jataí-GO	Odontologia	Bacharel em Odontologia	-	1 + CR

ANEXO N
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

1	Ficha de Inscrição Eletrônica impressa após a inscrição realizada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br .
2	Cópia do Currículo do (a) candidato (a) disponível na Plataforma Lattes
3	Procuração com firma reconhecida em cartório, caso não seja possível o comparecimento pessoal do(a) candidato(a) no local e data previstos para a entrega de documentos para a Avaliação Curricular.
4	Original do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, dentro do prazo-limite constante do Anexo A, caso não esteja isento(a) do pagamento da referida taxa.
5	Cópia do Diploma ou Certidão de Conclusão de Ensino Médio, Técnico ou de Nível Superior acompanhado, obrigatoriamente do histórico escolar, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), referente à habilitação exigida para o cargo a que se candidate.
6	Cópia do(s) Diploma(s) e/ou Certificado de Pós-graduação acompanhado do histórico escolar, reconhecido pelo MEC, dentro da área que o candidato postula.
7	Cópia da Carteira e do Registro ativo no respectivo Conselho ou Ordem de ativos em entidades profissionais de classe, obrigatoriamente acompanhado da Certidão de Regularidade.
8	Cópia da(s) Declaração ou Certidão (na ausência momentânea do Diploma ou Certificado de conclusão de curso, e dentro da área que o candidato postula) emitida pela Instituição de ensino. Cursos e/ou Certificações Complementares da área.
9	Cópia de comprovação da experiência profissional ou atividades na área de ensino. (se houver)
10	Cópia do Extrato do INSS.
11	Cópia dos assentamentos militares (folha de alterações ou histórico militar) correspondentes ao tempo total de serviço militar anteriormente prestado (candidatos militares da ativa e da reserva).
12	Cópia da Carta Patente (para candidatos do sexo masc. e fem. que já serviram como oficiais); ou da Certidão de Situação Militar (para candidatos do sexo masc. e fem. que já serviram como oficiais); ou do Certificado de Reservista (para candidatos do sexo masc. que já serviram como praças); ou do Certificado de Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masc. que foram dispensados do Serviço Militar Obrigatório).
13	Declaração de Voluntariado e Compromisso para Prestação do Serviço Militar Temporário por um período mínimo de doze meses. (Anexo “B”)
14	Declaração de Tempo de Serviço Público Anterior Junto às Forças Armadas Anterior à Incorporação. (Anexo “C”)
15	Declaração de Residência (Anexo “D”) .
16	Cópia do Comprovante de Residência. Cópia e/ou Original

17	Declaração de Veracidade dos Documentos Apresentados (Anexo “E”).
18	Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público. (Anexo “F”)
19	Declaração de Ciência do Impedimento para comerciar ou tomar parte de Administração ou Gerência de Sociedade Privada, dela Ser Sócio ou participar. (Anexo “G”)
20	Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez. (Anexo “H”) apenas para candidatas do segmento feminino.
21	Parecer do Comandante da Organização Militar em que serve (Anexo “I”). (apenas para candidatos militares). (Assinada pelo Comandante da OM, com carimbo da OM ou “Marca D'água”)
22	Certidão de Quitação Eleitoral (www.tse.jus.br). Pelo Site do Tribunal Superior Eleitoral ou emitida diretamente em Órgão Eleitoral)
23	Certidão negativa criminal da Justiça Federal (www.trf1.jus.br) <i>Site do Justiça Federal onde residiu nos últimos 5 anos.</i>
24	Certidão negativa da Justiça Estadual/Distrital Criminal, onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos . Caso candidato seja do DF: OBRIGATORIAMENTE pelo (www.tjdft.jus.br). Caso contrário: obter pelo site da Justiça Estadual, da cidade onde residiu.
25	Certidão negativa criminal militar. (www.stm.jus.br) pelo site do Superior Tribunal Militar.
26	Cópia da Carteira de Identidade (candidato civil). (ou outro doc. de órgão oficial, c/ foto - ex: CNH)
27	Cópia da Carteira de Identidade Militar. (obrigatório para candidato militar)
28	Cópia do CPF. (ou outro doc. de órgão oficial, c/ foto - ex: CNH)
29	Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.
30	Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes (se for o caso).